



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL
DEPARTAMENTO NACIONAL DE OBRAS CONTRA AS SECAS
COORDENADORIA ESTADUAL DO DNOCS NA PARAÍBA
SERVIÇO TÉCNICO

Estudo Técnico Preliminar

SUMARIO

- 1- OBJETO;**
- 2- TERMINOLOGIA E CONCEITUAÇÕES;**
- 3- JUSTIFICATIVA;**
- 4- LEGISLAÇÃO;**
- 5- LOCALIZAÇÃO;**
- 6- INTERPRETAÇÃO E ESCLARECIMENTOS;**
- 7- ESCOPO DOS SERVIÇOS;**
- 8- ESTIMATIVA DE CUSTOS;**
- 9- FONTE DE RECURSOS;**
- 10-PRAZOS;**
- 11-FORMA DE PAGAMENTO;**
- 12-REAJUSTAMENTO;**
- 13-INSTALAÇÃO, MOBILIZAÇÃO E DESMOBILIZAÇÃO;**
- 14-MEDIÇÃO E PAGAMENTO**
- 15-CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO**
- 16-APRESENTAÇÃO DA DOCUMENTAÇÃO E DAS PROPOSTAS**
- 17-DOCUMENTAÇÃO – INVOLUCRO Nº 01**
- 18-PROPOSTA FINANCEIRA - INVOLUCRO Nº 02**
- 19-CLASSIFICAÇÃO FINAL**
- 20-PRAZO DE VALIDADE DAS PROPOSTAS**
- 21-REGIME DE CONTRATAÇÃO**
- 22-FISCALIZAÇÃO**
- 23-RECEBIMENTO DEFINITIVO DOS SERVIÇOS**
- 24-SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**
- 25-MULTAS**
- 26-GARANTIAS E CAUÇÃO**
- 27-OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**
- 28-CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL**
- 29-CONDIÇÕES GERAIS**



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL
DEPARTAMENTO NACIONAL DE OBRAS CONTRA AS SECAS
COORDENADORIA ESTADUAL DO DNOCS NA PARAÍBA
SERVIÇO TÉCNICO

1.0 - OBJETO

Execução das obras e serviços de engenharia necessários para a implantação de 56 (cinquenta e seis) sistemas simplificados de abastecimento de água autônomos, com aproveitamento de 18 (dezoito) poços tubulares profundos existentes; locação e perfuração de 29 (vinte e nove) poços tubulares em áreas de rochas cristalinas; locação e perfuração de 09 (nove) poços tubulares em áreas de rochas sedimentares; o fornecimento, montagem e instalação de 13 (treze) cataventos; o fornecimento, montagem e instalação de 43 (quarenta e três) eletrobombas submersas; a implantação de 18 (dezoito) redes de adução simplificada com tubos PVC 32mm, implantação de 18 (dezoito) reservatórios de 5m³ com chafariz; a implantação de 38 (trinta e oito) redes adutoras com reservação, tratamento e distribuição domiciliar; a implantação com fornecimento, montagem e instalação de 11 (onze) sistemas de dessalinizador de água, e a implantação de 49 (quarenta e nove) sistemas de geração de energia com placas fotovoltaicas. Serviços estes que serão executados em comunidades rurais de municípios diversos do Estado da Paraíba, inseridos na área de atuação da Coordenadoria Estadual do DNOCS na Paraíba.

2.0 - TERMINOLOGIA E CONCEITUAÇÕES

Neste Estudo Técnico Preliminar ou em qualquer outro documento relacionado com as obras e os serviços acima solicitado, os termos ou expressões têm o seguinte significado e/ou interpretação:

COORDENADORIA ESTADUAL – Unidade executiva descentralizada, com sede em João Pessoa, Estado da Paraíba, em cuja jurisdição territorial se localiza os municípios onde ocorrerá a execução das obras e serviços objeto destes Termos de Referência;

DNOCS – DEPARTAMENTO NACIONAL DE OBRAS CONTRA AS SECAS - Instituição pública vinculada ao Ministério do Desenvolvimento Regional, com sede em Brasília-DF, neste representado pela Coordenadoria Estadual na Paraíba;

CRONOGRAMA - Representação da programação parcial ou total de um trabalho ou serviço no qual são indicadas as suas diversas fases e respectivos prazos, aliados aos custos ou preços;

CONCORRENTE OU LICITANTE - Empresa de engenharia, interessada na execução dos serviços objeto deste TR;

CONTRATO - Documento, subscrito pelo DNOCS e a CONTRATADA, que define as obrigações de ambas com relação à execução dos serviços;

CONTRATADA – Empresa Licitante selecionada e contratada pelo DNOCS para a execução dos serviços;

CRITÉRIO DE PROJETO - Conjunto de normas, conceitos, padrões, parâmetros etc. que nortearão o desenvolvimento dos trabalhos;



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL
DEPARTAMENTO NACIONAL DE OBRAS CONTRA AS SECAS
COORDENADORIA ESTADUAL DO DNOCS NA PARAÍBA
SERVIÇO TÉCNICO

CANTEIROS DE OBRAS - Local onde serão implantadas as obras dos Projetos;

DOCUMENTOS COMPLEMENTARES ou SUPLEMENTARES - Documentos que, por força de condições técnicas imprevisíveis, se fizeram necessários para a complementação ou suplementação dos documentos emitidos nestes Termos de Referência;

EMPREITEIRO (A) – Empresa Contratada para a execução das obras civis e/ou serviços;

ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA - Documentação destinada a fixar as características, condições ou requisitos exigíveis para matérias-primas, produtos semi-fabricados, elementos de construção, materiais ou produtos industriais. Conterá, também, a definição do serviço, a descrição do método construtivo, dentre outros;

FISCALIZAÇÃO - Equipe do DNOCS indicada para exercer, em sua representação, a fiscalização do contrato de execução de obras;

LICITANTE VENCEDORA – Empresa classificada em primeiro lugar na disputa do objeto da licitação;

LOCAL DOS SERVIÇOS – Os serviços serão desenvolvidos em comunidades rurais em municípios do Estado da Paraíba.

NOTA DE EMPENHO – Nota orçamentaria emitida pelo **DNOCS** para a execução dos serviços;

OBRAS – São todas as atividades relativas à execução das obras civis, de fornecimento e montagem de equipamentos;

PROJETO BÁSICO – Conjunto de elementos necessários e suficientes, para caracterizar a obra ou serviço, ou complexo de obras ou serviços, elaborados com base nas indicações dos estudos técnicos preliminares, que assegurem a viabilidade técnica, e que possibilite a avaliação do custo da obra e a definição dos métodos e prazo de execução;

PROJETO EXECUTIVO – Conjunto de elementos necessários e suficientes à execução completa da obra, de acordo com as normas pertinentes e as da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT;

PLANO GERAL DE CONSTRUÇÃO E MONTAGEM - Documento que descreve a sequência de fases da obra, tarefas, sequência de tarefas referentes a determinado serviço ou trabalho, indicando o tempo a ser gasto em cada uma e os recursos materiais e humanos envolvidos;



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL
DEPARTAMENTO NACIONAL DE OBRAS CONTRA AS SECAS
COORDENADORIA ESTADUAL DO DNOCS NA PARAÍBA
SERVIÇO TÉCNICO

RELATÓRIO PARCIAL – Documento a ser apresentado pela Contratada, que traduz um resultado parcial dos serviços executados. Esse tipo de relatório deverá ser emitido mensalmente junto com a medição;

RELATÓRIO FINAL – Documento de produção previsto ao término dos trabalhos no qual a Contratada apresenta o relato de todos os serviços executados;

SERVIÇOS ou TRABALHOS – O conjunto de serviços ou trabalhos objeto da Licitação a que se refere o presente Estudo Técnico Preliminar;

SERVIÇOS SIMILARES – Aqueles realizados na área da engenharia, relacionadas à locação e perfuração de poços tubulares profundos para captação de água, em terreno de rocha cristalino e terreno de rocha sedimentar, a montagem e instalação de poços tubulares com eletrobomba e cata-vento, sistema de abastecimento de água com rede adutora, reservatório e rede de distribuição com ligações domiciliares e chafariz, dessalinização de água salobra por osmose reversa e sistema de geração de energia com placas fotovoltaicas, com características construtivas afins às obras objeto desta Licitação;

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR-TR – conjunto de informações e prescrições estabelecidas pelo DNOCS, com o objetivo de definir e caracterizar as diretrizes, o programa e a metodologia relativos a um determinado trabalho ou serviço a ser executado;

TERMO DE CONTRATO – Acordo firmado entre o DNOCS e a licitante classificada, decorrente da necessidade de se estabelecer critérios específicos para o cumprimento de todas as condições para o cumprimento do objeto;

3.0 – JUSTIFICATIVA

3.1 - O Brasil possui uma das maiores disponibilidades de água doce do mundo, também apresenta uma extensa região caracterizada por déficits hídricos e secas recorrentes. Especificamente no Semiárido Brasileiro, há, segundo autores diversos, relatos de graves secas desde o ano de 1583. Em documentos oficiais, os primeiros registros de ocorrência de grandes estiagens, datam de 1729. Apesar de todos estes registros, o fenômeno da seca só ganhou notoriedade no Brasil com o grande flagelo dos anos 1877-1879, quando pereceram cerca de 500 mil nordestinos. Outras grandes secas ocorreram em 1915, 1932, 1969-1970 e, mais recentemente, na severa estiagem ocorrida entre 1979 e 1983, e ainda mais recente nos últimos seis anos, este fenômeno tem deixado milhares de flagelados.

O Governo Federal e os Estados abrangidos pelo semiárido vêm, há várias décadas, desenvolvendo políticas, projetos e ações focadas na mitigação das secas e no desenvolvimento das populações afetadas. Muito se investiu na construção de açudes e barragens, na formação de frentes de trabalho, na distribuição de água por caminhões pipa, na distribuição de cestas básicas e na implantação de grandes projetos de adutoras e irrigação.

Entretanto, verifica-se que os esforços e investimentos realizados ainda não foram capazes de solucionar o problema; principalmente para população rural dessa região,



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL
DEPARTAMENTO NACIONAL DE OBRAS CONTRA AS SECAS
COORDENADORIA ESTADUAL DO DNOCS NA PARAÍBA
SERVIÇO TÉCNICO

que ainda passa por terríveis dificuldades causadas pelas secas periódicas, que, sabe-se, continuarão a ocorrer.

Um elemento importante e que pode ser usado neste processo de minoração dos efeitos da estiagem é a construção sistemas simplificados de abastecimento de água, composto de captação de águas subterrâneas através de poços tubulares profundos, pequenas redes de adução, reservação, tratamento, pequenas redes de distribuição e eletrobombas acionadas por geração de energia fotovoltaica. Os custos para a construção de barragens, açudes, grandes adutoras e redes de distribuição de água, por exemplo, são significativos, necessitam de um razoável espaço de tempo para serem implantadas e, via de regra, atendem as populações de cidades e municípios, não atendendo a zonas rurais, e quase sempre provocam grande impacto ambiental. As obras de sistemas simplificados de abastecimento de água, com a perfuração de poços têm custo extremamente baixo, sua implantação necessita de curto período, comparado às outras formas de captação de água, além de provocarem pequenos impactos ao meio ambiente.

Segundo especialistas, o abastecimento de água realizado mediante a perfuração de poços é mais vantajoso que as demais formas de abastecimento, sendo extremamente recomendada para pequenas comunidades e vilarejos situados distantes da calha de rios permanentes.

3.1.1 - As grandes vantagens do uso das águas subterrâneas são:

1Qualidade: a composição química dessas águas é o resultado da composição original da água que infiltra, com a evolução físico-química influenciada pelas rochas atravessadas e pelo tempo de permanência no aquífero. Por ocorrerem no subsolo, essas águas são naturalmente protegidas, mas não isentas de poluição e de contaminação;

- a) Quantidade: os volumes disponíveis como reservas podem ser muito grandes;
- b) Usos: atendem a todos os padrões de usos para o abastecimento humano, animal, serviços, indústria, agricultura e lazer;
- c) Custos: permitem a implantação de um sistema gradual ou em módulos de aproveitamento, não têm custo de armazenamento primário e, na maioria dos casos, tratamento, assim como não há necessidade de desapropriação de grandes áreas como ocorre com um reservatório de superfície.
- d) Vida útil: um poço, por ser uma obra de engenharia, se construído segundo as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), tem uma vida média de 25 anos;
- e) Meio ambiente: os impactos ambientais negativos gerados pelo seu aproveitamento são de baixa magnitude.

4.0 - LEGISLAÇÃO



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL
DEPARTAMENTO NACIONAL DE OBRAS CONTRA AS SECAS
COORDENADORIA ESTADUAL DO DNOCS NA PARAÍBA
SERVIÇO TÉCNICO

4.1 A presente licitação, na modalidade de **CONCORRÊNCIA**, do tipo **MENOR PREÇO GLOBAL POR LOTE**, sob o regime de “Empreitada por Preço Unitário” (Art. 6, inciso VIII, alínea b, c/c art. 45, § 1º inciso I), reger-se-á pela Lei n.º 8.666 de 21 de junho de 1993, que institui normas para licitações e contratos da Administração Pública, Leis Complementares, e demais cominações legais aplicáveis.

5.0 - LOCALIZAÇÃO

5.1 – Os serviços objeto deste Estudo Técnico Preliminar serão executados em comunidades rurais localizados nos municípios do Estado da Paraíba.

5.1.1 – Na escolha das localidades a serem beneficiadas, serão levados em consideração, os seguintes fatores:

- 1a) Condições técnicas de obtenção de água subterrânea, em rochas cristalinas;
- b) Condições técnicas de obtenção de água subterrânea, em rochas sedimentares;
- c) Área de servidão pública;
- d) Maior concentração populacional a ser beneficiada;
- e) Criar, adequar e ou, complementar a infraestrutura hídrica necessária para consumo humano e animal, em comunidades rurais.

5.1.2 – Para definição do(s) tipo(s) de equipamento(s) e sistema(s) a ser(em) implantado(s) em cada localidade a ser beneficiada, serão levados em consideração, os seguintes fatores:

- a) Quantidade de água a ser explorada (população a ser atendida);
- b) Qualidade da água (potabilidade);
- c) Estrutura Local (energia, desníveis, outros);
- d) População a ser beneficiada (custo benefício);
- e) Criar, adequar e ou, complementar a infraestrutura hídrica necessária para consumo humano e animal, em comunidades rurais.

5.2 - Todos os poços e sistemas serão executados em comunidades rurais de municípios do Estado da Paraíba. Os acessos aos locais são feitos por meio de estradas vicinais municipais, não pavimentadas e por meio de estradas “carroçais” internas a cada localidade a ser beneficiada.

5.3 – As mobilizações aos municípios serão feitas por meio das rodovias pavimentadas (em boas condições de tráfego) sobre a administração Estadual e Federal.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL
DEPARTAMENTO NACIONAL DE OBRAS CONTRA AS SECAS
COORDENADORIA ESTADUAL DO DNOCS NA PARAÍBA
SERVIÇO TÉCNICO

5.4 – Todos os municípios contemplados com a perfuração/montagem e instalação de poços e sistemas, objeto deste Estudo Técnico Preliminar, estão situados no Estado da Paraíba, dentro da área de abrangência da Coordenadoria do DNOCS na Paraíba.

5.6 - INFORMAÇÕES E DOCUMENTOS DISPONÍVEIS

Aos concorrentes interessados em participar do processo licitatório destinado a contratar empresa do ramo da engenharia, com experiência comprovada na realização de serviços especializados na implantação de sistemas simplificados de abastecimento de água autônomo, compreendendo a locação, perfuração e instalação de poços tubulares, em áreas de rochas cristalinas e sedimentares, redes de adução, reservação, tratamento e distribuição com ligações domiciliares e chafariz, dessalinização de água salobra, e a implantação de sistemas de geração de energia com placas fotovoltaicas, poderão entrar em contato com o DNOCS-CEST/PB, para obtenção de informações e outros documentos técnicos correlacionados, os quais se encontram disponíveis no acervo da Coordenadoria Estadual da Paraíba, em João Pessoa-PB, para consulta pública.

6.0 - INTERPRETAÇÃO E ESCLARECIMENTOS

6.1 – A Concorrente deverá, além das informações específicas requeridas pelo DNOCS, adicionar quaisquer outras que julgar necessárias.

6.1.1 – Somente serão aceitas normas conhecidas que assegurem uma qualidade igual ou superior à indicada nestes Termos de Referência.

6.2 – As concorrentes deverão estudar minuciosa e cuidadosamente a documentação, informando-se de todas as circunstâncias e detalhes que possam de algum modo afetar a execução dos serviços, seus custos e prazos de execução.

6.3 – Quaisquer dúvidas de caráter técnico, formal ou legal, na interpretação deste Estudo Técnico Preliminar, do Edital e seus anexos, serão dirimidas pela Comissão de Licitações, desta Coordenadoria Estadual, localizada à Avenida Santa Catarina, Nº 621, Bairro dos Estados, João Pessoa/PB, ou através do e-mail: licitacao.pb@dnocs.gov.br

6.4 - Os pedidos de esclarecimentos e impugnações, sobre quaisquer elementos do Edital, somente serão atendidos quando solicitado por escrito, solicitados por e-mail ou protocolados na sede da CEST/PB, e endereçados a Comissão de Licitação.

6.5 - Analisando as consultas, o DNOCS deverá esclarecê-las e, acatando-as, alterar ou adequar os elementos constantes do Edital e seus anexos, comunicando sua decisão a todos os licitantes.

6.6 – A apresentação da proposta tornará evidente que a Licitante examinou minuciosamente toda a documentação constante do ato convocatório, deste Estudo Técnico Preliminar e seus anexos. Evidenciará, também, que a Licitante obteve do DNOCS, satisfatoriamente, todas as informações e esclarecimentos solicitados.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL
DEPARTAMENTO NACIONAL DE OBRAS CONTRA AS SECAS
COORDENADORIA ESTADUAL DO DNOCS NA PARAÍBA
SERVIÇO TÉCNICO

6.7 - Ficando também entendido, que a Licitante tem pleno conhecimento das condições locais onde serão executados os serviços e teve solucionadas todas as dúvidas, antes da data da apresentação das propostas.

7.0 - ESCOPO DOS SERVIÇOS

7.1 – Os serviços objeto deste Estudo Técnico Preliminar referem-se à execução das obras e serviços necessários para a implantação de sistemas simplificados de abastecimento de água autônomos, compreendendo o aproveitamento de poços tubulares existentes, a locação, perfuração e instalação de poços tubulares, em áreas de rochas cristalinas e sedimentares, redes de adução, reservação, tratamento e distribuição com ligações domiciliares e/ou chafariz, dessalinização de água salobra, e a implantação de sistemas de geração de energia com placas fotovoltaicas, localizadas em comunidades rurais situados nos municípios do Estado da Paraíba, e inseridos na área de atuação da Coordenadoria Estadual do DNOCS.

7.2 – Os poços perfurados, montados e instalados em área de rocha cristalina deverão ter profundidade final estimada de até 60m.

7.3 – Os poços perfurados, montados e instalados em área de rocha sedimentar deverão ter profundidade final estimada de até 120m.

7.4 - O desenvolvimento dos serviços previstos e necessários para o cumprimento do objeto desta Licitação, está descrito no projeto básico, nas Especificações Técnicas e demais anexos a este Estudo Técnico Preliminar.

7.5 – A proponente deve observar e cumprir com todas as condições estabelecidas no Projeto e seus anexos, nas Normas e Recomendações estabelecidas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), nas Normas das Concessionárias de serviços públicos locais, e nas Especificações Técnicas anexas ao Edital.

7.6 – Nas Composições Unitárias dos serviços ofertados pela empresa Licitante deve estar previsto o transporte de material, haja vista, o dimensionamento dos serviços, transporte e escavação serem determinados em decorrência da área geométrica resultante dos referidos serviços.

7.7 – A proponente deve considerar nos preços unitários propostos, todos os materiais e serviços necessários, bem como, leis sociais, transporte, alimentação, assistência e garantias de funcionamento, seguros, lucro, despesas indiretas, etc.

7.8 - Qualquer dúvida sobre as obras/serviços será dirimida pela FISCALIZAÇÃO, que se norteará pelo Projeto Básico, Especificações Técnicas, Estudo Técnico Preliminar e Normas da ABNT.

7.9 – O DNOCS poderá ordenar à contratada a suspensão de qualquer trabalho que possa ser danificado ou prejudicado pelas condições temporárias ou de acordo com a sua conveniência.

7.9.1 – Tal suspensão não confere a CONTRATADA o direito à reclamação judicial ou extrajudicial devido a este motivo.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL
DEPARTAMENTO NACIONAL DE OBRAS CONTRA AS SECAS
COORDENADORIA ESTADUAL DO DNOCS NA PARAÍBA
SERVIÇO TÉCNICO

7.10 – O DNOCS não se obriga ao fornecimento de água, energia elétrica ou quaisquer outros serviços necessários à execução das obras e serviços.

7.11 - A descrição, os quantitativos, orçamento das obras e serviços, as Especificações Técnicas, projetos e anexos, objeto deste Estudo Técnico Preliminar encontram anexadas ao presente instrumento e são partes integrantes deste Estudo Técnico Preliminar.

8.0 - ESTIMATIVA DE CUSTOS

8.1 - O valor global orçado pela CEST-PB/DNOCS para a realização de todas as obras e serviços é de **R\$ 10.928.967,57 (Dez Milhões, Novecentos e Vinte e Oito Mil, Novecentos e Sessenta e Sete Reais e Cinquenta e Sete Centavos)**, sendo para as obras do **Lote 01** o valor de **R\$ 6.628.173,18 (Seis Milhões, Seiscentos e Vinte e Oito Mil, Cento e Setenta e Três Reais e Dezoito Centavos)**, para as obras do **Lote 02** o valor de **R\$ 2.657.137,27 (Dois Milhões Seiscentos e Cinquenta e Sete Mil, Cento e Trinta e Sete Reais e Vinte e Sete Centavos)**, e para as obras do **Lote 03** o valor de **R\$ 1.643.657,12 (Um Milhão, Seiscentos e Quarenta e Três Mil, Seiscentos e Cinquenta e Sete Reais e Doze Centavos)**, tomados como referência preços de mercado publicados por organismo Federal (SINAPI-PB/ORSE/SEINFRA), cotações e preços praticados pelo DNOCS através da Coordenação Estadual da Paraíba em Licitações com o mesmo objeto; já inclusos BDI, encargos sociais, taxas, impostos e emolumentos, conforme especificado em planilhas orçamentárias anexas.

9.0 - FONTE DE RECURSOS

As indicações para as despesas orçamentárias para a contraprestação dos serviços, sob a gestão da Coordenadoria Estadual do DNOCS na Paraíba, estão disponíveis conforme dotação orçamentária.

Notas de Crédito

Lote 01:

Emenda Parlamentar Nº 20280003. Valor: R\$ 5.000.000,00 – 2020NC000663, anexa;

Emenda Parlamentar Nº 20280003. Valor: R\$ 500.000,00 – 2020NC000317, anexa;

Emenda de Bancada da Paraíba Nº 71160010. Valor: R\$ 1.918.954,00 – 2020NC000381, anexa;

Lote 02:

Emenda Parlamentar Nº 39690013. Valor: R\$ 2.670.227,00 – 2020NC000318, anexa;

Lote 03:



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL
DEPARTAMENTO NACIONAL DE OBRAS CONTRA AS SECAS
COORDENADORIA ESTADUAL DO DNOCS NA PARAÍBA
SERVIÇO TÉCNICO

Emenda de Bancada da Paraíba Nº 71160010. Valor: R\$ 1.659.288,00 – 2020NC000381, anexa;

10.0 - PRAZOS

10.1 – As obras e serviços necessários para o cumprimento do objeto deste Estudo Técnico Preliminar, serão executados no prazo de 180 (Cento e Oitenta) dias, contados a partir da emissão da Ordem de Serviço.

10.2 – O prazo de vigência do contrato é de 270 (Duzentos e Setenta) dias corridos contado a partir da data de sua assinatura, com eficácia após a publicação do seu extrato no Diário Oficial da União e emissão da Ordem de Serviço.

10.3 - O contrato poderá ser prorrogado nos termos da Lei, desde que, justificado por escrito e previamente autorizado pela autoridade competente para celebrar o contrato (Art. 57, § 2º da Lei 8.666/93).

10.4 - O Prazo de Garantia dos serviços prestados é o previsto na legislação vigente e definido no Código Civil Brasileiro.

10.5 - Todos os serviços licitados devem atender às recomendações da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT (Lei n.º 4.150 de 21.11.62), no que couber e, principalmente no que diz respeito aos requisitos mínimos de qualidade, utilidade, resistência e segurança.

11.0 - PAGAMENTO

11.1 - Os serviços objeto destes Termos de Referência serão pagos pelos preços unitários propostos pela Licitante.

11.2 - Nos preços unitários apresentados pela Licitante deverão estar incluídos todos os custos diretos e indiretos para a execução das obras e dos serviços, e de acordo com as condições previstas nos Termos de Referência, constituindo-se na única remuneração possível de ser atribuída pelos trabalhos contratados e executados.

11.3 – O DNOCS somente pagará a Contratada pelos serviços efetivamente executados, com os preços integrantes da proposta aprovada e, caso aplicável, a incidência de reajustamento e atualização financeira.

11.4 – O pagamento dos serviços será efetuado, mediante entrega dos documentos de cobrança (Nota Fiscal/Fatura/Boletins de Medição).

11.5 - Não constituem motivos de pagamento pelo DNOCS serviços desnecessários a execução do objeto do contrato e os que forem realizados sem autorização prévia da Fiscalização.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL
DEPARTAMENTO NACIONAL DE OBRAS CONTRA AS SECAS
COORDENADORIA ESTADUAL DO DNOCS NA PARAÍBA
SERVIÇO TÉCNICO

11.6 - As faturas deverão vir acompanhadas da documentação relativa a cada serviço faturado, com os comprovantes técnicos que lhes deram origem, devidamente atestada pela Fiscalização do DNOCS.

11.7 - As faturas só serão liberadas para pagamento depois de aprovadas pela área gestora, devendo estar isentas de erros ou omissões, sem o que, serão de forma imediata, devolvidas à contratada para correções.

11.8 - Atendido ao disposto nos itens anteriores o DNOCS considera como data inicial do período de adimplemento, a data útil seguinte à data de entrega do documento de cobrança, a partir da qual será observado o prazo de até 30 dias corridos para pagamento, conforme estabelecido no Art. 9º do Decreto 1.054, de 07 de fevereiro de 1994.

11.9 - É de responsabilidade da Contratada a entrega ao DNOCS dos documentos de cobrança acompanhados dos seus respectivos anexos de forma clara, objetiva e ordenados, que se não atendido, implica em desconsideração dos prazos estabelecidos no item anterior.

11.10 - As variações de complexidade de execução do serviço, que provocarem acréscimo, para mais ou para menos das previsões apresentadas pela Contratada na sua proposta em relação aos trabalhos de campo realmente executados, não poderão servir de pretexto de modificações dos preços unitários oferecidos.

11.11 - Os itens de Mobilização e Desmobilização serão pagos a critério da fiscalização, de modo inteiro ou fracionado, de acordo com o apresentado pela contratada no local dos trabalhos em relação a sua proposta e executados conforme as necessidades para a prestação dos serviços contratados e a autorização da fiscalização.

11.12 - Juntamente com a apresentação da Fatura de cada parcela de pagamento terá a Contratada de apresentar a comprovação de recolhimento à Previdência Social, através de GPS, devidamente autenticado, sob pena de retenção do pagamento devido, consoante o disposto no Art. 31, da Lei nº. 8.212 de 24/07/91, alterado pela Lei 11.933 de 28.04.09, e terá de apresentar o relatório SEFIP/GEFIP contendo a relação dos funcionários identificados no Cadastro Específico do INSS – CEI, da obra objeto da presente licitação.

11.13 - No primeiro faturamento deverá ser apresentada a inscrição no CEI, conforme art.19, Inciso II c/c art. 47, Inciso X da IN 971/09 SRF.

11.14 - Deverá ser recolhido o FGTS – Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, mediante GRF – Guia de Recolhimento do FGTS com autenticação eletrônica, via bancária.

11.15 - A Nota Fiscal/Fatura deverá destacar:

a) Base de cálculo, alíquota e o valor a ser retido do INSS, referente aos serviços realizados em atendimento à Lei 8.212/91, bem como a IN 971/09 – SRF;



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL
DEPARTAMENTO NACIONAL DE OBRAS CONTRA AS SECAS
COORDENADORIA ESTADUAL DO DNOCS NA PARAÍBA
SERVIÇO TÉCNICO

b) Base de cálculo, alíquota e o valor a ser retido do ISS, referente aos serviços realizados em atendimento à Lei Complementar 116/2003;

c) O valor do IRPJ e demais contribuições incidentes, para fins de retenção na fonte, de acordo com o artigo 2º da IN/SRF Nº 1.234/2012, ou informar a isenção, não incidência ou alíquota zero, e respectivo enquadramento legal, sob pena de retenção do imposto de renda e das contribuições sobre o valor total do documento fiscal, no percentual correspondente à natureza do bem ou serviço.

11.16 - Será considerado em atraso, o pagamento efetuado após o prazo de 30 (trinta) dias, caso em que o DNOCS pagará atualização financeira, aplicando-se a seguinte fórmula:

EM = I x N x VP, sendo:
EM = Encargos moratórios;
N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;
VP = Valor da parcela a ser paga.
I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = (TX) \quad I = \frac{(6/100)}{365} \quad I = 0,00016438$$

TX = Percentual da taxa anual = 6%

11.17 - Não sendo conhecido o índice para o período, será utilizado no cálculo, o último índice conhecido.

11.18 - Quando utilizar o último índice conhecido, o cálculo do valor ajustado será procedido tão logo seja publicado o índice definitivo correspondente ao período de atraso.

11.19 - Não caberá qualquer remuneração a título de correção monetária para pagamento decorrente do acerto de índice.

11.20 - Nos cálculos deverão ser utilizados 5 (cinco) casas decimais.

12.0 - REAJUSTAMENTO

12.1 - Os preços contratuais serão irreajustáveis pelo período de um ano, contado a partir da data de apresentação da proposta. Após esse período, os mesmos poderão ser reajustados para cobrir flutuações no custo dos insumos, na proporção da variação verificada no Custo Nacional da Construção Civil e Obras Públicas da Fundação Getúlio Vargas, utilizando-se o índice de Custo de Edificações – Col. 35, no período de um ano, e aplicado nos montantes dos pagamentos mensais, na forma da lei, obedecendo a seguinte fórmula de reajuste:

$$R = P \times \frac{(I1 - I0)}{I0}$$

Onde;

R = Valor do reajustamento procurado:



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL
DEPARTAMENTO NACIONAL DE OBRAS CONTRA AS SECAS
COORDENADORIA ESTADUAL DO DNOCS NA PARAÍBA
SERVIÇO TÉCNICO

P = Valor, á preços iniciais contratuais, dos serviços executados a serem reajustados.
I1 = Índice Nacional de Custo da Construção Civil, código A0159428 (col. 35 - Índice de Custo de Edificação) do mês de aniversário da Proposta de Preço.
I0 = Índice Nacional de Custo da Construção Civil, código A0159428 (col. 35 - Índice de Custo de Edificação) do mês de aniversário da Proposta de Preço.

1 Caso o valor do índice não esteja disponível na data do cálculo de reajuste, utilizar-se-á o índice disponível e o cálculo do reajuste será corrigido no certificado de pagamento seguinte: e,

2

a) No caso de eventuais atrasos de responsabilidade da contratada, os reajustes serão calculados até as datas contratuais do evento gerador do faturamento.

13.0 - INSTALAÇÃO, MOBILIZAÇÃO E DESMOBILIZAÇÃO

13.1 – A Contratada deverá manter um Preposto, aceito pelo DNOCS, no local dos serviços, para representá-lo na execução do contrato (art. 68 da lei 8.666/93).

13.2 - À Contratada caberá cumprir todas as legislações federais, estaduais e municipais, bem como seguir as normas relativas à segurança e medicina do trabalho, diligenciando para que seus empregados e subcontratados trabalhem com Equipamentos de Proteção Individual e Coletivo (EPI e EPC), para que não haja risco de paralisação das obras.

13.3 – É de inteira responsabilidade da contratada, o atendimento das exigências e normas da NR-18 e demais normas pertinentes, referente à Medicina e Segurança do Trabalho dos operários, quando da montagem, instalação e manutenção dos equipamentos usados na realização do objeto deste Estudo Técnico Preliminar.

13.4 - A Licitante vencedora é responsável, desde o início das obras até o encerramento do contrato, pelo pagamento integral das despesas referentes à água, energia elétrica, telefone, taxas, impostos e quaisquer outros tributos que venham a ser cobrados como consequência da permanência de sua equipe, durante a realização dos serviços contratados.

13.5 – A Mobilização consiste no deslocamento dos equipamentos, materiais e pessoal, até as localidades onde efetivamente ocorrerão as prestações dos serviços;

13.6 – A Empresa Contratada deverá tomar todas as medidas necessárias para a mobilização de pessoal, materiais e equipamentos, logo após a assinatura do contrato e emissão da Ordem de Serviço, de modo a poder dar início efetivo aos serviços após a assinatura do contrato e emissão da Ordem de Serviço e concluí-los dentro do prazo de vigência contratual.

13.7 - Os serviços referentes à mobilização e desmobilização, mas sem a eles se limitarem são: despesas relativas ao transporte de todo o equipamento a serem utilizados na execução da obra, até onde os serviços serão executados; despesas relativas à movimentação de todo o pessoal ligado a Contratada; despesas com alojamento e alimentação do pessoal ligado a Contratada; custos com deslocamento dos materiais que serão usados na realização do serviço, entre outros correlatos.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL
DEPARTAMENTO NACIONAL DE OBRAS CONTRA AS SECAS
COORDENADORIA ESTADUAL DO DNOCS NA PARAÍBA
SERVIÇO TÉCNICO

13.8 - Todos os serviços referentes à mobilização e desmobilização dos equipamentos, materiais e pessoal realizados no decorrer de toda a execução dos serviços estão inseridos no item mobilização e desmobilização.

13.9 - A Empresa Contratada após o término dos serviços fará uma limpeza geral, desmobilizando todo e qualquer equipamento e acampamento, retirando todo e qualquer entulho de obra, transporte de pessoal, enfim todos os serviços necessários à desmobilização.

14.0 - MEDIÇÃO E PAGAMENTO

14.1 - As remunerações correspondentes à MOBILIZAÇÃO e à DESMOBILIZAÇÃO da CONTRATADA serão efetuadas na medida em que forem sendo realizados os deslocamentos de município. Os valores a serem pagos corresponderão aos valores descritos na planilha orçamentária.

15.0 - CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

15.1 – Somente poderão participar desta licitação empresas do ramo da engenharia que satisfaçam às condições deste Estudo Técnico Preliminar, do Projeto Básico e seus anexos, tenham operacionalmente e profissionalmente capacitação para execução dos serviços aqui propostos, sejam devidamente inscritas e habilitadas pelo Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA), bem como inscritas no Ministério da Fazenda - Receita Federal do Brasil, com cadastros nacional de atividades econômicas (CNAE) para a realização de serviços pertinentes ao objeto deste Estudo Técnico Preliminar.

15.2 – Será exigida das Licitantes a comprovação de possuir capital social mínimo no valor equivalente a 10% do orçamento básico do DNOCS para execução dos serviços que compõem este Estudo Técnico Preliminar.

15.3 – Não será permitida a subcontratação de serviços do objeto desse termo, sem a anuência expressa do DNOCS, e desde que atendido os limites legais e previamente aprovados pelo DNOCS (Art. 72 da Lei 8.666/93).

15.4 - Caso ocorra a subcontratação citada no subitem 15.3, deverá ser observado o privilégio estabelecido às microempresas e empresas de pequeno porte, quanto ao limite de até 30% (trinta por cento) do valor contratado, nos termos do art. 48, inciso II da Lei 123/06.

15.5 - Em hipótese nenhuma haverá relacionamento contratual ou legal do contratante DNOCS com os subcontratados.

15.6 - Devido às especificidades dos serviços relacionados à execução do objeto deste Estudo Técnico Preliminar, não será admitida a participação de cooperativas e consórcio de empresas (Art. 33 da Lei 8.666/93).



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL
DEPARTAMENTO NACIONAL DE OBRAS CONTRA AS SECAS
COORDENADORIA ESTADUAL DO DNOCS NA PARAÍBA
SERVIÇO TÉCNICO

15.7 – As microempresas e empresas de pequeno porte poderão participar desta licitação em condições diferenciadas, desde que se enquadrem na forma prescrita na Lei Complementar nº. 123, de 14 de dezembro de 2006.

15.8 - O edital e seus elementos constitutivos encontram-se disponíveis no site www.comprasnet.gov.br e www.dnocs.gov.br. Caso as Licitantes não consigam fazer o download pelos sites, o edital e seus anexos encontram-se à disposição dos interessados na Avenida Santa Catarina, Nº 621, Bairro dos Estados, João Pessoa/PB, na sede da Coordenadoria Estadual do DNOCS. **As empresas que retirarem o Edital através da Internet dos sites citados deverão preencher a Guia de Retirada de Edital que integra o Instrumento Convocatório, remetendo-a através do e-mail: licitação.pb@dnocs.gov.br, dados estes necessários para que possamos comunicar eventuais alterações e esclarecimentos às consultas formuladas sobre o Edital.**

15.9 - Não será permitida a participação neste processo licitatório de empresas:

- a) Cujos empregados, diretores, responsáveis técnicos ou sócios figurem como funcionários, empregados ou ocupantes de função gratificadas no DNOCS;
- b) Empresa, sócios e seu administrador, que esteja com suspensão de licitar, contratar, ou que tenha sido declarada sua inidoneidade, por qualquer órgão ou entidade da Administração Pública, direta ou indireta, de quaisquer das esferas federal, estadual, municipal ou do Distrito Federal;
- c) Empresa que tenha qualquer pendência de ordem técnica ou financeira com o DNOCS;
- d) Empresa em processo de recuperação judicial ou extrajudicial ou em processo de falência, sob concurso de credores, em dissolução ou em liquidação;
- e) Empresas estrangeiras que não estejam autorizadas a operar no País.

15.10 - Cada Concorrente apresentar-se-á com apenas um representante que, devidamente munido de documento hábil, será o único a intervir nas fases do procedimento licitatório, respondendo assim, para todos os efeitos, por sua representada, devendo, ainda, no ato da entrega dos envelopes, identificar-se, exibindo a carteira de identidade ou outro documento legal que bem o identifique.

15.11 - Por documento hábil, entende-se:

- a) Habilitação do representante mediante procuração pública ou particular com firma reconhecida para participar da licitação, acompanhada de cópia do ato de investidura do outorgante, no qual declare expressamente, ter poderes para a devida outorga.
- b) Caso seja titular da empresa, apresentar documento que comprove sua legitimidade para representá-la.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL
DEPARTAMENTO NACIONAL DE OBRAS CONTRA AS SECAS
COORDENADORIA ESTADUAL DO DNOCS NA PARAÍBA
SERVIÇO TÉCNICO

15.12 – A não apresentação do documento de credenciamento não inabilita o Licitante, mas impedirá o representante de se manifestar, impugnar e responder pela mesma.

15.13 – O credenciado ou procurador não poderá representar mais de uma Licitante, ficando expresso e ajustado que a inobservância desta exigência implicará na desclassificação automática das respectivas propostas.

15.14 - A participação na licitação implica na aceitação integral do ato convocatório, bem como na observância e exigências dos regulamentos e normas administrativas e técnicas aplicáveis, observando-se o disposto nos itens e subitens deste Estudo Técnico Preliminar, das Especificações Técnicas, do Projeto Básico e demais anexos.

16.0 - APRESENTAÇÃO DA DOCUMENTAÇÃO E DAS PROPOSTAS

16.1 - Só serão aceitas propostas entregues pelo representante da empresa licitante, e recebidas pela Comissão de Licitação, na sede desta Coordenadoria Estadual do DNOCS na Paraíba no endereço e local indicado no preâmbulo do Edital Convocatório, até o dia e hora estabelecidos para recebimento e abertura das propostas, não se admitindo sua apresentação via postal, fax ou meio eletrônico.

16.2 - A documentação e as propostas entregues após o horário ou de forma não estabelecido no Edital Convocatório, serão consideradas como não recebidas, sendo de inteira responsabilidade da Licitante a entrega tempestiva e de conformidade com o Edital da “Documentação” e “Proposta Financeira”.

16.3 - As Licitantes deverão fazer entrega no dia, hora e local mencionados no Edital Convocatório de 02 (dois) envelopes separados, fechados, lacrados, numerados e identificados, contendo, respectivamente, a **“Documentação Habilitação” – Invólucro n.º 01 (um)**, e a **“Proposta Financeira” – Invólucro n.º 02 (dois)**.

16.4 - Os envelopes acima referenciados deverão estar obrigatoriamente rotulados externamente com no mínimo, os seguintes informes:

- 1a) Razão Social da Empresa Licitante;
- b) Endereço, Telefone, e-mail;
- c) O número do Edital;
- d) Descrição do objeto da Licitação;
- e) **Lote que está participando.**

16.5 - Os documentos serão apresentados na ordem indicada no presente Estudo Técnico Preliminar, numerados sequencialmente e rubricados em todas as suas folhas pelo representante legal da Licitante ou seu procurador.

16.6 - Os documentos deverão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia autenticada por cartório competente ou por servidor da Comissão de Licitações, na Sede desta Coordenadoria do DNOCS, ou ainda publicação em órgão da imprensa oficial.

16.7 - Em cada invólucro deverá ser apresentado um índice relacionado todos os documentos nele contidos.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL
DEPARTAMENTO NACIONAL DE OBRAS CONTRA AS SECAS
COORDENADORIA ESTADUAL DO DNOCS NA PARAÍBA
SERVIÇO TÉCNICO

16.8 – Todos os documentos elaborados pelas Licitantes (declarações, planilhas, etc.) deverão ser apresentados devidamente assinados pelo representante legal da empresa e seus(s) responsável(is) técnico(s) que participarem do processo;

16.9 – A comprovação de outorga de poderes para representação da Empresa de Engenharia, referida neste Estudo Técnico Preliminar, se fará por meio de apresentação da cópia do ato de sua investidura.

16.10 - A documentação para habilitação e proposta financeira, deverão contemplar o disposto neste Estudo Técnico Preliminar, no instrumento convocatório, projeto básico e anexos, seguindo todas as recomendações e exigências ali constantes. Deverão fazer constar todos os serviços que compõem o objeto deste Estudo Técnico Preliminar, observar todas as descrições, características técnicas, quantitativos, anexos e demais recomendações, que são partes integrantes do Edital que regerá o processo licitatório.

Não serão aceitas propostas que não apresentarem cotações para todos os serviços solicitados, caso em que as propostas serão desclassificadas.

17 – DOCUMENTAÇÃO – INVOLUCRO Nº 01

17.1 - Em invólucro fechado, que receberá a denominação de “**Invólucro n.º 1 (um)**”, será apresentada a “Documentação”, em 01 (uma) via, devidamente identificados, encadernados ou grampeados, rubricados e numerados em todas as suas páginas, e deverá conter os documentos a seguir relacionados.

17.2 – A documentação deverá constar todos os documentos originais ou em cópia autenticada.

17.3 – Qualificação Técnica

17.3.1 – As Licitantes interessadas em participar da execução das obras do objeto deste Termo referente aos **Lotes 01, 02, e 03**, devem comprovar possuir, em seu quadro permanente, na data de entrega dos documentos de habilitação e proposta, no mínimo: 01 (um) Geólogo ou Engenheiro de Minas, 01 (um) Engenheiro Civil), 01 (um) Engenheiro Mecânico e 01 (um) Engenheiro Eletricista, devidamente registrados no CREA como profissional e integrante do corpo técnico da Licitante, juntamente com a certidão de registro e quitação do profissional, que seja detentor de Atestado de Responsabilidade Técnica, com o seu respectivo CAT (Certificado de Acervo Técnico), por execução de serviços de características semelhantes ao objeto desta licitação.

a) Entende-se como pertencente ao quadro permanente: empregado, sócio ou detentor de contrato de prestação de serviços devidamente registrado;

b) Quando se tratar de profissional contratado sob regime de Prestação de Serviços, a comprovação se dará através de cópia autêntica do Contrato de Prestação de Serviços, regido pela Legislação Civil comum, devidamente registrado em cartório competente e no CREA da região da sede da licitante.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL
DEPARTAMENTO NACIONAL DE OBRAS CONTRA AS SECAS
COORDENADORIA ESTADUAL DO DNOCS NA PARAÍBA
SERVIÇO TÉCNICO

c) A Licitante deverá comprovar através da juntada de cópias da "ficha ou livro de registro de empregado" registrado na DRT, ou através de cópia da carteira de trabalho ou do contrato social de que o detentor do acervo técnico de que trata o item 17.3.1. acima, pertence ao seu quadro de pessoal na condição de empregado, prestador de serviços ou de sócio, e apresentar declaração de sua indicação para coordenar os serviços objeto desta licitação.

d) Quando se tratar de dirigente ou sócio da Licitante tal comprovação será através do ato constitutivo da mesma e certidão do CREA, devidamente atualizada.

e) Para a comprovação da capacidade técnica operacional, a Licitante deverá apresentar atestado(s) em que constem o nome da empresa Licitante como contratada/executora, expedido por pessoas jurídicas de direito público ou privado, sob a responsabilidade de profissional pertencente ao seu atual quadro técnico, devidamente registrado no CREA da região onde os serviços foram executados, acompanhado(s) da(s) respectiva(s) Certidão(ões) de Acervo Técnico – CAT, expedida(s) por estes Conselhos, juntamente com a certidão de registro e quitação da empresa, que comprovem que a Licitante tenha executado serviços em condições similares de porte e complexidade ao objeto deste Estudo Técnico Preliminar, assim considerando as parcelas de maior relevância técnica no contexto do objeto a ser contratado, as que representam a importância técnica de complexidade expressiva mais acentuada, e as parcelas de maior valor significativo nos serviços envolvidos, com os seguintes quantitativos mínimos:

Lote 01:

- Locação com estudo hidrogeológico, perfuração de poço em área de rocha cristalino em 6": 570m;
- Locação com estudo hidrogeológico, perfuração de poço em área de rocha sedimentar em 16" e 12 ¼": 300m;
- Fornecimento, montagem e assentamento de tubulação PVC/PBA 75mm: 6.000m;
- Fornecimento montagem e instalação de equipamento de dessalinização por osmose reversa, capacidade de 1.000l/h de água percolada: 03 unid;
- Fornecimento, montagem e instalação de sistema de geração de energia fotovoltaica: Potência 32,00Kwp, instalado sob estrutura.

Lote 02:

- Locação com estudo hidrogeológico, perfuração de poço em área de rocha cristalino em 6": 180m;
- Locação com estudo hidrogeológico, perfuração de poço em área de rocha sedimentar em 16" e 12 ¼": 180m;
- Fornecimento, montagem e assentamento de tubulação PVC/PBA 75mm: 2.250m;
- Fornecimento e instalação de equipamento de dessalinização por osmose reversa, capacidade de 1.000l/h de água percolada: 02 unid;



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL
DEPARTAMENTO NACIONAL DE OBRAS CONTRA AS SECAS
COORDENADORIA ESTADUAL DO DNOCS NA PARAÍBA
SERVIÇO TÉCNICO

- Fornecimento, montagem e instalação de sistema de geração de energia fotovoltaica: Potência mínima de 15,00Kwp, instalado sob estrutura metálica.

Lotes 03:

- Locação com estudo hidrogeológico, perfuração de poço em área de rocha cristalino em 6": 120m;
- Locação com estudo hidrogeológico, perfuração de poço em área de rocha sedimentar em 16" e 12 ¼": 60m;
- Fornecimento, montagem e assentamento de tubulação PVC/PBA 75mm: 1.250m;
- Fornecimento e instalação de equipamento de dessalinização por osmose reversa, capacidade de 1.000l/h de água percolada: 01 unid;
- Fornecimento, montagem e instalação de sistema de geração de energia fotovoltaica: Potência mínima de 10,00Kwp, instalado sob estrutura metálica.

17.4 - Os quantitativos mínimos exigidos deverão ser comprovados diante da apresentação de um ou mais atestados acompanhado(s) da(s) respectiva(s) Certidão (ões) de Acervo Técnico – CAT, expedida(s) pelo CREA de sua região. No caso da licitante vir a participar em mais de um lote, o total dos quantitativos mínimos exigidos que deverá comprovar, será o resultado da soma do exigido para cada lote que a mesma participar. Não serão aceitos atestados e/ou certidões de acervos parciais, referentes as obras e ou serviços exigidos na qualificação técnica em andamento.

17.5 - Definem-se como obras similares **para os Lotes 01, 02 e 03**: as obras construtivamente afins às de perfuração e instalação de poços tubulares para captação de água subterrânea; as obras construtivamente afins às de implantação de sistemas simplificados de abastecimento de água, que compreendam a captação de água subterrânea, o fornecimento montagem e instalação de rede de adução, de reservatório, de tratamento e de rede de distribuição com ligações domiciliares; as obras construtivamente afins às de implantação de sistema de dessalinização de água por osmose reversa; e as de implantação de sistema para geração de energia renovável fotovoltaica.

17.6 - Comprovação da capacitação técnico-profissional, mediante apresentação de Certidão de Acervo Técnico - CAT, expedida pelo CREA ou CAU da região pertinente, nos termos da legislação aplicável, em nome do(s) responsável(is) técnico(s) e/ou membros da equipe técnica que participarão da obra, que demonstre a Anotação de Responsabilidade Técnica - ART ou o Registro de Responsabilidade Técnica - RRT, acompanhada de atestado técnico, relativo à execução dos serviços que compõem as parcelas de maior relevância técnica e valor significativo da contratação, a saber:

Geólogo ou Engenheiro de Minas

- Locação com estudo hidrogeológico e Perfuração de poço em área de rocha sedimentar e cristalino.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL
DEPARTAMENTO NACIONAL DE OBRAS CONTRA AS SECAS
COORDENADORIA ESTADUAL DO DNOCS NA PARAÍBA
SERVIÇO TÉCNICO

Engenheiro Civil - Redes Adutora e de Distribuição:

- Escavação mecanizada de valas 1ª categoria até 1,5m;
- Escavação manual de vala ou cava em material de 3ª categoria até 2,00m
- Montagem e assentamento de tubulação PVC/PBA 75mm;
- Montagem e assentamento de Ligações domiciliares;
- Obras civis de alvenaria.

Engenheiro Mecânico

- Montagem e Instalação de equipamento de dessalinização (osmose reversa) sob estrutura;
- Treinamento e capacitação de operadores para equipamento de dessalinização de água.

Engenheiro Eletricista

- Montagem e Instalação de sistema de geração de energia fotovoltaica sob estrutura.

17.7 - Definem-se como obras de porte e complexidade similar aquelas que apresentam grandezas e características técnicas semelhantes às descritas nas especificações técnicas e planilhas orçamentárias, e anexos deste Estudo Técnico Preliminar.

17.8 - No caso de duas ou mais licitantes apresentarem atestados de um mesmo profissional como responsável técnico, para comprovação de qualificação técnica, ambas serão inabilitadas, não cabendo qualquer alegação ou recurso.

17.9 - A visita ao local dos serviços não será obrigatória, sendo recomendado, portanto, as licitantes visitar os locais onde serão executados os serviços e suas circunvizinhanças, com a presença de seu representante credenciado, para ter pleno conhecimento das condições e peculiaridades inerentes à natureza dos serviços a serem executados, avaliando os problemas futuros de modo que os custos propostos cubram quaisquer dificuldades decorrentes de sua execução, e obter, sob sua exclusiva responsabilidade, todas as informações que possam ser necessárias à elaboração da proposta e execução do contrato.

17.9.1 - É de inteira responsabilidade da licitante a verificação "in loco" das dificuldades e dimensionamento dos dados necessários à apresentação da Proposta. A não verificação dessas dificuldades não poderá ser avocada no desenrolar dos trabalhos como fonte de alteração dos termos contratuais estabelecidos.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL
DEPARTAMENTO NACIONAL DE OBRAS CONTRA AS SECAS
COORDENADORIA ESTADUAL DO DNOCS NA PARAÍBA
SERVIÇO TÉCNICO

17.9.2 - Os custos de visita aos locais de execução das obras correrão por exclusiva conta da licitante.

17.9.3 - A Licitante deverá apresentar uma declaração de que recebeu os documentos e conheceu todas as informações e condições do objeto da licitação, nos termos do art. 40, VI c/c art. 30, III, da Lei nº 8.666/93.

17.9.4 - A Licitante deverá apresentar declaração, sob pena de inabilitação e/ou desclassificação, de que disporá durante todo o período de execução das obras objeto deste Termo, de todos os equipamentos, máquinas, ferramental e pessoal técnico qualificado, que permitirão que o objeto da licitação seja cumprido dentro do prazo especificado.

17.10 - Habilitação Jurídica

17.10.1 - A comprovação da Habilitação Jurídica dar-se-á mediante a apresentação dos seguintes documentos:

- a)** Registro comercial, no caso de empresa individual;
- b)** Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;
- c)** Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício;
- d)** Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país, e ato do registro de autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;
- e)** Declaração da inexistência de fato superveniente que impeça a sua habilitação, prevista no § 2º do art. 32 da Lei nº 8.666/93 e de que não foi declarada inidônea por qualquer órgão da Administração Pública, que não está impedida de licitar ou contratar com o DNOCS, e de que se encontra em situação regular perante o Ministério do Trabalho, no que se refere à observância do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal.
- f)** Declaração, no caso de ME ou EPP, sob as penas da lei, de que cumpre os requisitos legais para a qualificação como Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, estando apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123/2006, com base no que preceitua o art. 11º do Decreto nº 6.204/2007, ou ainda a certidão de que trata o art. 8º da IN-103, do Departamento Nacional do Registro do Comércio – DNRC.

17.11 - Regularidade Fiscal e Trabalhista.

17.11.1 - A comprovação da Regularidade Fiscal dar-se-á mediante a apresentação dos seguintes documentos:

1Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda – CNPJ, onde conste no seu registro de atividade, atividades compatíveis com o seu objetivo social contratual e pertinentes com o objeto desta licitação;



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL
DEPARTAMENTO NACIONAL DE OBRAS CONTRA AS SECAS
COORDENADORIA ESTADUAL DO DNOCS NA PARAÍBA
SERVIÇO TÉCNICO

- a) Prova de inscrição ativa no cadastro de contribuintes estadual e municipal, relativo ao domicílio ou sede do Licitante, pertinente a seu ramo de atividade e compatível com o objetivo contratual, e com o objeto desta licitação, ou documento que comprove sua isenção.
- b) Prova de regularidade para com as Fazendas Federal, Estadual e Municipal do domicílio ou sede da Licitante, na forma da lei, com validade em vigor;
- c) A prova de regularidade relativa à Seguridade Social, demonstrando o cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei, será comprovada mediante Certidão Negativa de Débitos relativos aos Tributos Federais e Dívida Ativa da União, com validade em vigor, conforme Portaria Conjunta PGFN/RFB nº 1751/2014;
- d) Prova de situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS, emitida pela Caixa Econômica Federal, com validade em vigor;
- e) Apresentação da Certidão Negativa de Débito Trabalhista (CNDT) conforme determina a Lei nº 12.440 de 24 de agosto de 2011.

17.11.2 - A validade das certidões aqui neste termo referidas corresponderá ao prazo fixado nos próprios documentos. Caso as mesmas não contenham expressamente o prazo de validade, o DNOCS convencionou o prazo como sendo de 30 (trinta) dias, a contar da data de sua expedição, ressalvada a hipótese da Licitante comprovar que o documento tem prazo de validade superior ao antes convencionado, mediante juntada de norma legal pertinente.

17.12 - Qualificação Econômico-Financeira

17.12.1 - Será exigida das Licitantes a comprovação de possuir capital social mínimo no valor equivalente a 10% do orçamento básico de cada Lote, orçados pelo DNOCS para execução dos serviços que compõem este Estudo Técnico Preliminar.

17.12.2 - Certidão Negativa de Pedido de Falência ou Recuperação Judicial ou Extrajudicial expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica;

17.12.3 - Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, inclusive com os Termos de Abertura e de Encerramento do Livro Diário, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrados a mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta, tomando como base a variação, ocorrida no período, do Índice Geral de Preços – Disponibilidade Interna - IGP-DI, publicado pela Fundação Getúlio Vargas - FGV ou de outro indicador que o venha substituir.

- A sociedade criada no exercício em curso deverá apresentar obrigatoriamente o Balanço de Abertura;

- O balanço patrimonial e as demonstrações contábeis deverão estar assinados por Contador ou por outro profissional equivalente, devidamente registrado no Conselho Regional de Contabilidade e apresentados na forma da Lei.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL
DEPARTAMENTO NACIONAL DE OBRAS CONTRA AS SECAS
COORDENADORIA ESTADUAL DO DNOCS NA PARAÍBA
SERVIÇO TÉCNICO

17.12.4 – A licitante cadastrada no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF estará dispensada da apresentação da documentação, conforme disposição que constará no Edital. A confirmação da situação regular da licitante será efetuada mediante consulta “on line” ao Sistema SICAF. As licitantes que não estejam devidamente cadastradas no SICAF deverão apresentar toda a documentação exigida no presente Estudo Técnico Preliminar.

17.12.5 - Em se tratando de documentos emitidos via Internet, sua veracidade será confirmada através de consulta realizada nos sites correspondentes, e se apresentados de outra forma, poderão ser em original, por qualquer processo de cópia autenticada por cartório competente ou por servidor da Comissão de Licitações, ou ainda, publicação em órgão da imprensa oficial.

17.12.6 - Toda a documentação apresentada pela licitante, para fins de habilitação, deverá pertencer a empresa que efetivamente prestará os serviços, ou seja, o número de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ, endereço, e demais dados, deverão ser o mesmo em todos os documentos.

17.12.7 - A boa situação financeira do licitante será avaliada pelos Índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC) iguais ou maiores que 1(um), e Endividamento Total (ET) iguais ou menores que 1 (um), resultante da aplicação das fórmulas abaixo, com os valores extraídos de seu balanço patrimonial:

$$LG = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$ET = \frac{\text{Passivo Circulante} + \text{Exigível a Longo Prazo}}{\text{Ativo Total}}$$

$$LC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

Onde:

LG - Liquidez Geral
ET – Endividamento Total
LC - Liquidez Corrente

17.12.8 - O licitante que não apresentar índices Econômicos iguais ou inferiores a 1 (um) para os Índices de Endividamento Total (ET) e iguais ou maiores que 1 (hum) para Liquidez Geral e Liquidez Corrente deverá comprovar que possui (capital mínimo ou patrimônio líquido) equivalente a 10% do valor total estimado da contratação.

17.12.9 - A apresentação de todos os documentos e declarações, exigidos nesse Estudo Técnico Preliminar, no ato convocatório e seus anexos, é obrigatória, sob pena de inabilitação da Licitante que não apresentar, ou apresentá-los de maneira incompleta ou em desconformidade.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL
DEPARTAMENTO NACIONAL DE OBRAS CONTRA AS SECAS
COORDENADORIA ESTADUAL DO DNOCS NA PARAÍBA
SERVIÇO TÉCNICO

18.0 - PROPOSTA FINANCEIRA - INVOLUCRO Nº 02

18.1 - Em invólucro fechado, que receberá a denominação de "Invólucro nº 2" (dois), será apresentada a "Proposta Financeira", em 01 (uma) via, em volume separado, devidamente identificado, encadernados ou grampeados, rubricados e numerados em todas as suas páginas.

18.2 - As "Propostas Financeiras" deverão estar datilografadas ou impressas por processo eletrônico, em língua portuguesa, salvo quanto às expressões técnicas de uso corrente, com clareza, sem emendas, entrelinhas, rasuras ou borrões, numerados e rubricados em todas as suas folhas e assinada na última pelo responsável legal da Licitante ou procurador.

18.3 - As Propostas Financeiras deverão conter os seguintes elementos:

18.3.1 - Nome completo, número de telefone, fax e qualificação (estado civil, profissão, CPF, identidade e endereço) do Dirigente da empresa ou representante legal, este mediante instrumento de procuração, que assinará o contrato no caso da Licitante ser vencedora;

18.3.2 - O valor Global por Lote, deverá ser evidenciado na 1ª folha da respectiva proposta e este valor global não poderá ser superior ao orçamento apresentado pelo DNOCS.

18.3.3 - Planilha orçamentária da das obras, com todos os seus itens preenchidos, sem rasuras (conforme modelo do Anexo);

18.3.4 - Não poderão ser apresentados preços unitários diferenciados para um mesmo serviço, mão de obra, e ou fornecimento. Bem como devem ser observados os preços máximos unitários e globais orçados pelo DNOCS.

18.3.5 - A apresentação de todos os anexos, quadros e planilhas, exigidos nesse Estudo Técnico Preliminar, no ato convocatório e seus anexos, devidamente preenchidos é obrigatória, sob pena de desclassificação da Licitante que deixar de apresentar ou apresentá-los de maneira incompleta ou em desconformidade.

18.3.6 - O prazo de validade da proposta será de 90 (Noventa) dias contados a partir da data estabelecida para entrega das mesmas.

18.3.7 - Nos preços propostos deverão obrigatoriamente estar incluídas todas as despesas necessárias, impostos e taxas, lucro, leis sociais, seguros, garantias e assistências técnicas, mão-de-obra e quaisquer encargos que incidam ou venham a incidir, direta ou indiretamente, na execução dos serviços.

18.3.9 - Não poderão ser considerados no detalhamento das despesas fiscais, bem como na Planilha de Preços da Licitante, nem no Detalhamento do BDI, os tributos: Imposto de Renda Pessoa Jurídica – IRPJ, Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido – CSLL.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL
DEPARTAMENTO NACIONAL DE OBRAS CONTRA AS SECAS
COORDENADORIA ESTADUAL DO DNOCS NA PARAÍBA
SERVIÇO TÉCNICO

18.3.10 - A Proposta Financeira deverá ser elaborada e apresentada com o preenchimento no mínimo do conjunto dos documentos, relacionado abaixo:

- 1a) Planilhas de orçamentação das obras/serviços e fornecimentos;
- 2b) Resumo Geral dos serviços e valores unitários e totais;
- 3c) Cronograma Físico/Financeiro;
- 4d) Composição de preços unitários;
- 5e) Planilha de Detalhamento dos Encargos Sociais e BDI;

18.3.11 - As despesas diretas deverão contemplar os custos com salários, encargos sociais, custos de administração, remuneração do escritório, transportes, alimentação, moradia, diárias, viagens, despesas fiscais, comerciais, sociais, e trabalhistas, e outras relativas à prestação dos serviços.

18.3.12 - As Propostas Financeiras serão devidamente avaliadas, conforme prescrições contidas neste Estudo Técnico Preliminar, ato convocatório e seus anexos.

18.3.13 - O julgamento das Propostas obedecerá aos critérios do tipo “Menor Preço Global por Lote”, Alínea I do § 1º do Art. 45 da Lei 8.666/93. É vedada a apresentação de Propostas Financeiras com preços unitários e globais maiores aos estimados pelo DNOCS.

18.3.14 - Havendo dúvidas sobre quantitativos ou preços unitários apresentados pelo DNOCS, estas só poderão ser apresentadas no período próprio de contestação do Edital e anterior à apresentação das propostas.

18.3.15 - As propostas financeiras das Licitantes classificadas tecnicamente serão examinadas, para avaliar se as mesmas estão completas, se houve erro de cálculo, se o valor proposto não ultrapassa o valor orçado pelo DNOCS, se todos os documentos foram assinados e se todas as propostas estão de acordo com as exigências.

18.3.16 - Se houver discrepância entre o preço unitário e o preço total, o qual é obtido pela multiplicação do preço unitário pela quantidade, o preço unitário prevalecerá e o preço total será corrigido; e houver discrepância entre o preço unitário e seus componentes por extenso, prevalecerão os valores descritos por extenso.

18.4 – A Comissão Técnica de Julgamento julgará as Propostas Financeiras das Licitantes habilitadas e consideradas qualificadas tecnicamente, sendo desclassificada aquela que:

- a) Não atendam às exigências contidas neste Estudo Técnico Preliminar, ato convocatório e seus anexos.
- b) Com valores exorbitantes ou com preços manifestamente inexequíveis, assim considerados aqueles cujas planilhas de composição de custos unitários, salários, encargos sociais e demais insumos que apresentarem desvios ou incompatibilidades evidentes em relação ao mercado e à legislação ou, ainda, com quantidades de coeficientes e serviços não compatíveis.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL
DEPARTAMENTO NACIONAL DE OBRAS CONTRA AS SECAS
COORDENADORIA ESTADUAL DO DNOCS NA PARAÍBA
SERVIÇO TÉCNICO

c) Apresentar na(s) planilha(s) item que não esteja previsto no orçado pelo órgão, preços unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero; incompatíveis com os custos dos insumos e salários vigentes, encargos que sejam divergentes da legislação em vigor, incoerentes com os de mercado, ou coeficientes de produtividade incompatíveis com a execução do objeto da licitação a ser contratada.

d) Apresentar preços ou quaisquer ofertas de vantagens não previstas neste termo, ato convocatório e seus anexos;

e) Apresentar preços unitários superiores aos valores unitários orçados pelo DNOCS, ainda que o valor global da proposta seja inferior ao valor global orçado pelo DNOCS.

f) Apresentar quantitativo de material e/ou serviço diferente do previsto pelo DNOCS.

18.4.1 - Também serão desclassificadas as propostas que não atendam às exigências deste Estudo Técnico Preliminar, do ato convocatório e seus anexos, e as propostas com preços excessivos ou manifestamente inexequíveis, consoante o art. 40 – inciso X – c/c com o art. 48 - § 1º da Lei 8.666/93, para as licitações de obras do tipo “menor preço”.

18.4.2 - Serão consideradas desclassificadas as propostas que apresentarem preços inexequíveis.

18.4.3 - Consideram-se manifestamente inexequíveis, as propostas cujos valores sejam inferiores a 70% (setenta por cento) do menor dos seguintes valores:

I – Média Aritmética dos valores das propostas apresentadas, que sejam superiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pelo DNOCS, ou

II - Valor orçado pelo DNOCS.

a) Dos Licitantes classificados na forma aqui estabelecido, cujo valor global da proposta for inferior a 80% (oitenta por cento) do menor valor a que se refere os Incisos “I” e “II”, acima, será exigida, para a assinatura do contrato, prestação de garantia adicional dentre as modalidades previstas no § 1º, do Art. 56, da Lei 8.666/93, igual à diferença entre o valor resultante do subitem acima e o valor da correspondente proposta.

18.4.4 – Quando todas as propostas forem desclassificadas, o DNOCS poderá fixar aos Licitantes o prazo de 8 (oito) dias úteis para a apresentação de outras propostas escoimadas das causas da desclassificação.

19.0 - CLASSIFICAÇÃO FINAL

19.1 - Será considerada vencedora a(s) Licitante(s) habilitada(s) que apresentar(em) o **menor preço global por lote**, com base nos quantitativos apresentados em planilha e que em hipótese alguma podem ser modificados quando da apresentação da proposta; e que atenda a todas as exigências para a execução dos serviços objeto deste Estudo Técnico Preliminar, do ato convocatório e seus anexos.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL
DEPARTAMENTO NACIONAL DE OBRAS CONTRA AS SECAS
COORDENADORIA ESTADUAL DO DNOCS NA PARAÍBA
SERVIÇO TÉCNICO

19.2 - A divulgação do resultado final será afixada no quadro de avisos do DNOCS e comunicado pelos órgãos de imprensa oficiais, e ainda diretamente às Licitantes que participaram.

19.3 - Todas as propostas das Licitantes classificadas constituirão peças do processo de que trata este Temo de Referência.

19.4 - Não será levada em consideração a proposta que contiver rasuras, emendas, ressalvas ou entrelinhas, que comprometam a compreensão da mesma.

19.5 - As propostas que contiverem erros meramente aritméticos deverão ser corrigidas pela comissão, depois de diligenciada a Licitante, da seguinte forma:

a) Discrepância entre grafados em algarismo e por extenso: prevalecerá o valor por extenso;

b) Erros de multiplicação do preço pela quantidade correspondente: será retificado, mantendo-se o preço unitário e a quantidade e corrigindo-se o produto;

c) Erros de adição: será retificado, conservando-se as parcelas corretas e corrigindo-se a soma.

19.6 - Será assegurada, como critério de desempate, a preferência de contratação de microempresas e empresas de pequeno porte (Art. 44 da Lei Complementar n.º 123, de 14/12/2006).

19.7 - Entende-se por empate aquelas situações em que as propostas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte sejam iguais ou até 10% (dez por cento) superiores à proposta mais bem classificada.

19.8 - Para efeito do disposto neste Estudo Técnico Preliminar (Art. 45 da Lei Complementar n.º 123, de 14/12/2006), ocorrendo o empate, proceder-se-á da seguinte forma:

a) A microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada poderá apresentar proposta de preço inferior àquela considerada vencedora do certame, situação em que será adjudicado em seu favor o objeto licitado;

b) Não ocorrendo a contratação da microempresa ou empresa de pequeno porte, na forma do item “a” acima, serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrem na hipótese do § 1º do art. 44 da Lei Complementar n.º 123 supramencionada, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito.

c) No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem no intervalo estabelecido no § 1.º do art. 44 da Lei Complementar n.º 123 retro mencionada, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

19.10 - Na hipótese da não contratação nos termos previstos neste TR, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL
DEPARTAMENTO NACIONAL DE OBRAS CONTRA AS SECAS
COORDENADORIA ESTADUAL DO DNOCS NA PARAÍBA
SERVIÇO TÉCNICO

19.11 - A condição prevista neste TR, somente se aplicará quando a melhor oferta inicial não tiver sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte.

19.12 - Em caso de empate, não se tratando de microempresa ou empresa de pequeno porte, será aplicado o critério de desempate por sorteio público, ao qual serão convidadas todas as Licitantes empatadas.

20.0 - PRAZO DE VALIDADE DAS PROPOSTAS

20.1 - O prazo de validade das propostas será de 90 (Noventa) dias a partir da data de sua apresentação.

22.0 - ASSINATURA DO CONTRATO

22.1 - Homologado o resultado da licitação, os licitantes classificados, observado o disposto deste Edital, a licitante vencedora será convocada por escrito para assinar o contrato na sede dessa coordenadoria estadual do DNOCS, em João Pessoa/PB, devendo comparecer no prazo de 05 (cinco) dias, contado a partir da data da convocação.

22.13 - O prazo para assinatura do contrato poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, quando solicitado pela licitante vencedora, no decorrer do prazo especificado no subitem 22.12, desde que ocorra motivo justificado e aceito pelo DNOCS.

22.14 - Na assinatura do contrato, será exigida a comprovação das condições de habilitação consignadas no edital, as quais deverão ser mantidas pela licitante durante a vigência do contrato.

22.15 - A recusa injustificada da adjudicatária em assinar o contrato no prazo estabelecido, bem como não apresentar as mesmas condições exigidas para sua participação e habilitação neste certame, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-a às sanções previstas, sem prejuízo das demais cominações legais cabíveis.

22.16 - Na hipótese do não comparecimento da licitante vencedora para a assinatura do Contrato no prazo estipulado, ou em caso de recusa por parte desta, é facultado ao DNOCS convocar as licitantes remanescentes, por ordem de classificação, para fazê-lo, ou revogar esta Concorrência, sem prejuízo da cominação legal prevista no subitem 23.1.

22.17 - O DNOCS providenciará a publicação do extrato do instrumento de Contrato na Imprensa Oficial, até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura, para ocorrer no prazo de 20 (vinte) dias daquela data, nos termos do parágrafo único do artigo 61 da Lei n.º 8.666/93.

22.18 - O Contrato a ser assinado com a licitante vencedora só terá eficácia após a publicação do respectivo extrato no Diário Oficial da União, podendo ser prorrogado na forma dos §§ 1º e 2º do art. 57 da Lei 8.666/93.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL
DEPARTAMENTO NACIONAL DE OBRAS CONTRA AS SECAS
COORDENADORIA ESTADUAL DO DNOCS NA PARAÍBA
SERVIÇO TÉCNICO

24.0 - REGIME DE CONTRATAÇÃO

24.1 - O regime de contratação a ser adotado nesse processo licitatório é de empreitada por preço unitário (Art. 10, inciso II, alínea b, da Lei 8.666/93).

25.0 - FISCALIZAÇÃO

25.1 - A fiscalização das obras/serviços será feita diretamente por um ou mais representantes da Contratante, que atuaram sob a responsabilidade de um Coordenador formalmente designado na forma do Art. 67 da Lei nº. 8.666/93, a quem compete verificar se a Contratada está executando os trabalhos, observando o contrato e os documentos que o integram, e quem será responsável pela análise da documentação e das planilhas associadas aos pagamentos dos serviços prestados.

25.2 - Fica assegurado ao DNOCS e, possivelmente, às empresas especializadas a mando do DNOCS, o direito de acompanhar e fiscalizar os serviços prestados pela Contratada com livre acesso aos locais de trabalho para a obtenção de quaisquer esclarecimentos julgados necessários à execução dos trabalhos.

25.3 - A fiscalização terá poderes para agir e decidir perante a Contratada, inclusive rejeitando serviços que estiverem em desacordo com o Contrato, com as Normas Técnicas da ABNT e com a melhor técnica consagrada pelo uso, obrigando-se desde já a Contratada assegurar e facilitar o acesso da Fiscalização, aos serviços e a todos os elementos que forem necessários ao desempenho de sua missão.

25.4 - A Fiscalização terá plenos poderes para sustar qualquer serviço que não esteja sendo executado dentro dos termos do Contrato, dando conhecimento formal e por escrito do fato à chefia, responsável pela execução do contrato.

25.5 - Cabe à Fiscalização verificar a ocorrência de fatos para os quais tenha sido estipulada qualquer penalidade contratual.

25.6 - A Fiscalização informará ao setor competente quanto ao fato, instruindo o seu relatório com os documentos necessários, e em caso de multa, a indicação do seu valor.

25.7 - Das decisões da Fiscalização, poderá a Contratada recorrer ao setor responsável pelo acompanhamento do contrato, no prazo de 10 (dez) dias úteis da respectiva comunicação.

25.8 – A ação e/ou omissão, total ou parcial, da Fiscalização não eximirá a Contratada da integral responsabilidade pela execução do objeto deste contrato.

25.9 – O DNOCS se reserva o direito de exigir o imediato afastamento de qualquer empregado ou preposto da Contratada, que não mereça confiança, embarace a fiscalização ou se conduza de modo inconveniente ou incompatível com o desempenho das tarefas que lhes forem atribuídas.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL
DEPARTAMENTO NACIONAL DE OBRAS CONTRA AS SECAS
COORDENADORIA ESTADUAL DO DNOCS NA PARAÍBA
SERVIÇO TÉCNICO

25.10 - Toda comunicação da CONTRATADA para o DNOCS deverá ser por escrito, via Fiscalização.

25.11 – Cabe ao Fiscal do CONTRATO a constatação de falhas, omissões ou negligência da CONTRATADA, na execução dos serviços e fornecimentos. Isso vindo a ocorrer será de única e exclusiva responsabilidade da CONTRATADA reparar os prejuízos, diretos e indiretos, ocasionados às estruturas da obra ou a terceiros.

25.12 - Caberá à empresa contratada manter ATUALIZADO na obra um diário de obra, no qual serão documentados todos os fatos relevantes da obra, assim como as determinações da fiscalização.

26.0 - RECEBIMENTO DEFINITIVO DOS SERVIÇOS

26.1 – O recebimento dos serviços, após sua execução e conclusão, obedecerá ao disposto nos Artigos 73 a 76 da Lei 8.666/93 e alterações posteriores.

26.2 – Após o término dos serviços, a Contratada deverá requerer, através da Fiscalização do DNOCS, o seu recebimento provisório, que deverá ocorrer no prazo de 15 (quinze) dias da data da solicitação (Art. 73, inciso I, alínea a, Lei 8.666/93).

26.3 – A fiscalização terá até 90 (noventa) dias para realizar a vistoria e estando os serviços de acordo com as especificações, efetivamente não tendo nenhuma observação a fazer, será lavrado o Termo de Encerramento Físico do Contrato, com a liberação da caução.

26.4 - Na hipótese de correções, a contratada terá um prazo de 60 (Sessenta) dias para regularização das mesmas. Só após a realização destas correções, e estando a Fiscalização de acordo, será lavrado o TEF - Termo de Encerramento Físico do Contrato, que permitirá a liberação da caução contratual, sendo que este deverá ser assinado por representantes do DNOCS, juntamente com representante autorizado pela contratada.

27.0 - SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

27.1 - A recusa injustificada do licitante vencedor em assinar o contrato, aceitar ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido pelo DNOCS, o atraso injustificado na execução do contrato, a inexecução total ou parcial do contrato, bem como venha executá-lo fora das especificações e condições acordadas, e, ainda, impeça ou embarace, de alguma forma a fiscalização, caracterizam o descumprimento total das obrigações assumidas, nos termos do art. 81 c/c arts. 86 e 87 da Lei nº 8.666, de 21.06.1993, podendo o DNOCS, garantida a prévia defesa, aplicar ao responsável as seguintes sanções:

a) advertência;

b) multa;

c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o DNOCS, por prazo não superior a 02 (dois) anos;



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL
DEPARTAMENTO NACIONAL DE OBRAS CONTRA AS SECAS
COORDENADORIA ESTADUAL DO DNOCS NA PARAÍBA
SERVIÇO TÉCNICO

d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir ao DNOCS pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.

27.2 - As sanções previstas nas alíneas “a”, “b” e “d” do subitem 23.1 poderão ser aplicadas juntamente com a da alínea “b”, facultada a defesa prévia do interessado, no respectivo processo, no prazo de 5 (cinco) dias úteis.

28.0 - MULTAS

28.1- Em caso de inadimplemento, por parte da Licitante vencedora de quaisquer das cláusulas ou condições estabelecidas, ou inexecução total do contrato, por culpa exclusiva da CONTRATADA, cabe aplicação de penalidades de suspensão temporária do direito de contratar com a Administração, além de multa no percentual de 10% (dez por cento) sobre o valor global do objeto do contrato, independente de rescisão unilateral e demais sanções previstas em Lei, assegurando-se a ampla defesa e o contraditório (Art. 86 §1º da Lei 8.666/93).

28.2 - Nos casos de inexecução parcial da obra ou serviço ou atraso na execução dos mesmos, será aplicada a multa de 2% (dois por centos) do valor da parte não executada do contrato ou fase em atraso, sem prejuízo da responsabilidade civil e perdas das garantias contratuais.

28.3 – O atraso, na execução dos serviços, inclusive dos prazos parciais constantes do cronograma físico-financeiro, constitui inadimplência passível de aplicação de multa, conforme subitem 24.1 deste Estudo Técnico Preliminar.

28.4 - Ocorrida a inadimplência, a multa será aplicada pelo DNOCS, após regular processo administrativo, consoante o art. 86, § 2º da Lei de Licitações.

a) A multa será deduzida do valor líquido do faturamento da CONTRATADA. Caso o valor do faturamento seja insuficiente para cobrir a multa, a Licitante vencedora será convocada para complementação do seu valor no prazo de 10 (dez) dias, contado a partir da data da convocação.

b) Não havendo qualquer importância a ser recebida pela CONTRATADA, esta será convocada a recolher ao Serviço de Finanças da 18ª Superintendência Regional do DNOCS o valor total da multa no prazo de 10 (dez) dias, contado a partir da data da convocação.

28.5 - A CONTRATADA terá um prazo de 10 (dez) dias, contado a partir da data da notificação da multa, para apresentar recurso ao DNOCS. Ouvida a fiscalização e o técnico responsável pelo acompanhamento do contrato, o recurso será encaminhado à Assessoria Jurídica que procederá ao seu exame.

28.6 - Após o procedimento estabelecido no subitem anterior, o recurso será apreciado pela Coordenadoria Estadual, que poderá relevar ou não a multa.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL
DEPARTAMENTO NACIONAL DE OBRAS CONTRA AS SECAS
COORDENADORIA ESTADUAL DO DNOCS NA PARAÍBA
SERVIÇO TÉCNICO

28.7 - Em caso de revogação da multa, o DNOCS se reserva o direito de cobrar perdas e danos porventura cabíveis em razão do inadimplemento de outras obrigações, não constituindo, a revelação, em novação contratual nem desistência dos direitos que lhe forem assegurados.

28.8 - Caso a Coordenadoria Estadual do DNOCS mantenha a multa, não caberá novo recurso administrativo.

29.0 - GARANTIAS E CAUÇÃO

29.1 – A assinatura do Contrato por parte do DNOCS ficará condicionada ao recolhimento da caução, em qualquer das modalidades descritas no Art. 56 §1º Inciso I e § 2º da Lei 8.666/93, que não poderá exceder a 5% (cinco por cento) do valor total do contrato, conforme determina o Art. 56 § 2º da Lei nº 8.666/93.

29.2 – Por ocasião de eventuais aditamentos contratuais que promovam acréscimos ao valor contratado ou prorrogações de prazo contratual, a garantia prestada deverá ser reforçada e/ou renovada, em compatibilidade com os novos valores e prazos pactuados.

29.3 - A garantia será liberada após a emissão do Termo de Encerramento Físico. Portanto a caução, mesmo se em Carta-Fiança ou similar, não poderá ser com prazo determinado, ou seja: o prazo final para liberação da caução será dado pela emissão do Termo de Encerramento Físico do Contrato. As garantias técnicas dos serviços estão asseguradas pelo Código Civil Brasileiro.

29.4 - A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:

a) prejuízo advindo do não cumprimento do objeto do contrato ou do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;

b) as multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à CONTRATADA;

29.5 – A Contratada deverá manter atualizada a garantia contratual até 90 (noventa) dias após o recebimento provisório do objeto contratado.

29.6 – A não integralização da garantia no prazo estabelecido inviabilizará a assinatura do contrato ou de seus respectivos aditamentos, representando inadimplência da CONTRATADA, sujeitando-a às penalidades previstas nos arts. 81 ou 87 da Lei nº 8.666/93.

29.7 - Não haverá qualquer restituição de caução em caso de dissolução contratual, na forma do disposto na cláusula de rescisão, hipótese em que a caução reverterá e será apropriada pelo DNOCS.

30.0 - OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL
DEPARTAMENTO NACIONAL DE OBRAS CONTRA AS SECAS
COORDENADORIA ESTADUAL DO DNOCS NA PARAÍBA
SERVIÇO TÉCNICO

30.1 - Dentre outras obrigações citadas ao longo destes Termos de Referência, obriga-se a contratada à:

30.2 - Apresentar-se sempre que solicitada, através do seu Responsável Técnico e Coordenador dos trabalhos, na sede dessa Coordenadoria Estadual do DNOCS em João Pessoa/PB.

30.3 – Sempre que necessário, comunicar-se formalmente com o DNOCS. Mesmo as comunicações via telefone devem ser ratificadas formalizadas posteriormente, e no caso de informações mais extensas e/ou transferências de arquivos, pelo correio eletrônico, em endereço a ser definido.

30.4 - Acatar as orientações do DNOCS, inclusive quanto ao cumprimento das Normas Internas e de Segurança e Medicina do Trabalho.

30.5 – Responder por quaisquer acidentes de que sejam vítimas seus empregados, bem como pelos acidentes causados a terceiros, quando executando o objeto deste contrato.

30.6 – Desfazer, corrigir e substituir os serviços e fornecimentos rejeitados pela fiscalização dentro do prazo estabelecido pela mesma, arcando com todas as despesas necessárias.

30.7 - Assumir toda a responsabilidade pelas obras, serviços e fornecimentos contratados perante o DNOCS e terceiros, na forma da legislação em vigor, bem como por dano resultante do mau procedimento, dolo ou culpa de empregados ou prepostos seus, e ainda, pelo fiel cumprimento das leis e normas vigentes, mantendo o DNOCS isento de qualquer penalidade e responsabilidade de qualquer natureza pela infringência da legislação em vigor, por parte da licitante vencedora.

30.8 – Abster-se de contratar, para a prestação dos serviços objeto desta licitação, familiar de agente público que exerça cargo em comissão ou função de confiança no DNOCS (conforme artigo 7º do Decreto n.º 7.203/2010).

30.9 – Estar constituída das instalações e equipamentos necessários e suficientes para o apoio e execução das obras e serviços observando-se as recomendações contidas nas Especificações Técnicas.

30.10 - Manter, durante toda a execução do contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas por ocasião da licitação, inclusive no que se refere a sua regularidade fiscal, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas.

30.11 – Em caso de verificação de descumprimento desta obrigação, a CONTRATADA será notificada a proceder à regularização da situação em um prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar do recebimento da referida notificação, sob pena de rescisão do contrato por descumprimento à obrigação contratual, respeitados o contradito e a ampla defesa.

30.12 - O prazo assinalado de convocação poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, quando solicitado pela CONTRATADA, durante o transcurso do prazo



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL
DEPARTAMENTO NACIONAL DE OBRAS CONTRA AS SECAS
COORDENADORIA ESTADUAL DO DNOCS NA PARAÍBA
SERVIÇO TÉCNICO

especificado neste Estudo Técnico Preliminar, desde que ocorra motivo justificado e aceito pelo DNOCS.

30.13 – Responsabilizar-se pelos encargos trabalhistas, sociais, previdenciários, tributários, comerciais e demais resultantes da execução do contrato, principalmente com a obrigatoriedade de requerer a exclusão do DNOCS, da lide, das eventuais ações reclamatórias trabalhistas, propostas por empregados da CONTRATADA, durante a vigência contratual, declarando-se como única e exclusiva responsável pelas referidas ações.

30.14 - Na hipótese do DNOCS vir a ser condenado, solidária ou subsidiariamente nas ações reclamatórias trabalhistas mencionadas neste Estudo Técnico Preliminar, e se o contrato estiver vigente, o valor da referida condenação será deduzido do valor das faturas vincendas e desde que não haja possibilidade de composição entre as partes. Caso não seja possível a adoção de tal providência, o DNOCS utilizará o direito de regresso, em ação própria a ser intentada contra a CONTRATADA, sendo que desde já a mesma expressa sua concordância, com as duas hipóteses previstas neste subitem.

30.15 - Providenciar junto ao CREA as Anotações de Responsabilidade Técnica - ARTs referentes ao objeto do contrato e especialidades pertinentes, nos termos da Lei n.º 6.496/77.

30.16 - Responsabilizar-se pelo fornecimento de toda a mão de obra, sem qualquer vinculação empregatícia com o DNOCS, bem como todo o material necessário à execução das obras e serviços objeto da licitação.

30.17 - Prever todos os acessos necessários para permitir à chegada dos equipamentos e materiais nos locais de execução dos serviços, avaliando-se todas as suas dificuldades, pois os custos decorrentes de qualquer serviço para melhoria destes acessos correrão por conta da Contratada.

30.18 – Manter um Preposto, aceito pelo DNOCS, no local do serviço, para representá-la na execução do objeto contratado (art. 68 da Lei 8.666/93).

30.19 – Responsabilizar-se, desde o início dos serviços até o encerramento do contrato, pelo pagamento integral das despesas referentes a água, energia, telefone, taxas, impostos e quaisquer outros tributos que venham a ser cobrados.

30.20 – Obedecer às normas de higiene e prevenção de acidentes, a fim de garantir a salubridade e a segurança nos acampamentos e nas obras;

30.21 - Fazer com que os componentes da equipe de mão de obra operacional (operários) exerçam as suas atividades, devidamente uniformizados, em padrão único (farda) e fazendo uso dos equipamentos de segurança requeridos para as atividades desenvolvidas, em observância à legislação pertinente.

30.22 – Responder financeiramente, sem prejuízo de medidas outras que possam ser adotadas, por quaisquer danos causados à União, Estado, Município ou terceiros, em razão da execução das obras e serviços.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL
DEPARTAMENTO NACIONAL DE OBRAS CONTRA AS SECAS
COORDENADORIA ESTADUAL DO DNOCS NA PARAÍBA
SERVIÇO TÉCNICO

30.23 – O transporte interno e externo do pessoal e dos insumos até o local dos serviços será de inteira responsabilidade da Contratada.

30.24 – A Contratada deverá utilizar pessoal experiente, bem como equipamentos, ferramentas e instrumentos adequados para a boa execução dos serviços.

30.25 - Será de inteira responsabilidade da Empresa Contratada todos e quaisquer danos causados às estruturas, construções, instalações elétricas, cercas, equipamentos, etc., existentes no local quando da execução dos serviços.

30.26 – Serão de responsabilidade da Contratada a vigilância e proteção de todos os materiais e equipamentos no local dos serviços.

30.27 - A Contratada deverá colocar tantas frentes de serviços quantas forem necessárias, para possibilitar a perfeita execução dos serviços no prazo contratual.

31.0 - CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

31.1 - A contratada se responsabilizará pela adoção das medidas necessárias à proteção ambiental, à sustentabilidade ambiental, e às precauções para evitar a ocorrência de danos ao meio ambiente e a terceiros, observando o disposto na legislação federal, estadual e municipal em vigor.

a) Os bens devem ser constituídos, no todo ou em parte, por material reciclado, atóxico, biodegradável, conforme ABNT NBR – 15448-1 e 15448-2;

b) Que sejam observados os requisitos ambientais para a obtenção de certificação do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial – INMETRO como produtos sustentáveis ou de menor impacto ambiental em relação aos seus similares;

c) Uso de produtos de limpeza e conservação de superfícies e objetos inanimados que obedeçam às classificações e especificações determinadas pela ANVISA;

d) Adote medidas para evitar o desperdício de água tratada, conforme instituído no Decreto nº 48.138, de 8 de outubro de 2003;

e) Observe a Resolução CONAMA nº 20, de 7 de dezembro de 1994, quanto aos equipamentos de limpeza que gerem ruído no seu funcionamento;

f) Forneça aos empregados os equipamentos de segurança que se fizerem necessários, para a execução de serviços;

g) A empresa Contratada deverá comprometer-se a promover a realização de programa interno de treinamento para coleta seletiva de material para reciclagem;

h) Realize um programa interno de treinamento para redução de consumo de energia elétrica e de consumo de água;



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL
DEPARTAMENTO NACIONAL DE OBRAS CONTRA AS SECAS
COORDENADORIA ESTADUAL DO DNOCS NA PARAÍBA
SERVIÇO TÉCNICO

- i) Redução da produção de resíduos sólidos, observadas as normas ambientais vigentes;
- j) Deverá promover meios para instituir a separação dos resíduos recicláveis a serem descartados durante a realização do objeto destes Termos de Referência, bem como promover sua destinação às associações e cooperativas dos catadores de materiais recicláveis;
- k) Os resíduos de óleo utilizados na manutenção dos equipamentos empregados na realização das obras contratadas, não poderão ser descartados no meio ambiente, devendo o mesmo ser encaminhados para empresas de reciclagem;
- l) Respeitar as Normas Brasileiras – NBR publicadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas sobre resíduos sólidos;
- m) Preveja a destinação ambiental adequada das pilhas e baterias usadas ou inservíveis, segundo disposto na Resolução CONAMA nº 257, de 30 de junho de 1999;
- n) Aplicar a Resolução CONAMA Nº 422/2010 quando na elaboração do Programa de Educação Ambiental e a CONAMA nº 237/2010 que dispõe sobre a revisão e complementação dos procedimentos e critérios utilizados para o licenciamento ambiental;
- o) Os bens devem ser, preferencialmente, acondicionados em embalagem individual adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento;
- p) Os bens não devem conter substâncias perigosas em concentração acima da recomendada na diretiva RoHS (Restriction of Certain Hazardous Substances), tais como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr(VI)), cádmio (Cd), bifenil-polibromados (PBBs), éteres difenil-polibromados (PBDEs);
- q) A Contratada deverá abster-se de adquirir para realização do objeto contratado, produtos que contenham ou façam uso de substâncias que destroem a camada de ozônio;
- r) A Contratada deverá promover os meios necessários para adoção e utilização em seu canteiro de obras de lâmpadas de alto rendimento, com menor teor de mercúrio entre as lâmpadas disponíveis no mercado;
- s) A Contratada deverá evitar a utilização na execução das obras e dos serviços objeto destes Termos de Referência de produtos, materiais ou artefatos que contenham quaisquer tipos de amianto ou asbesto ou outros minerais que, acidentalmente, tenham fibras de amianto na sua composição;
- t) A contratada deverá promover ações no sentido de realizar o descarte correto dos resíduos coletados em seu canteiro de obras, promovendo a apresentação mensal dos comprovantes de entrada e pesagem dos resíduos coletados nos aterros sanitários mais próximos;



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL
DEPARTAMENTO NACIONAL DE OBRAS CONTRA AS SECAS
COORDENADORIA ESTADUAL DO DNOCS NA PARAÍBA
SERVIÇO TÉCNICO

u) A empresa contratada deverá utilizar agregados reciclados nas obras, sempre que existir a oferta de agregados reciclados, capacidade de suprimento e custo inferior em relação aos agregados naturais, bem como o fiel cumprimento do PGRCC. A contratada também deverá realizar a remoção dos resíduos produzidos pela realização dos serviços, mediante o acompanhamento de Controle de Transporte de Resíduos, em conformidade com as normas da Agência Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, ABNT NBR nºs 15.112, 15.113, 15.114, 15.115 e 15.116, de 2004.

31.2 – A comprovação poderá ser feita mediante apresentação de certificação emitida por instituição pública oficial ou instituição credenciada, ou por qualquer outro meio de prova que ateste que o bem fornecido cumpre com as exigências do edital.

31.3 – Selecionada a proposta, antes da assinatura do contrato, em caso de inexistência de certificação que ateste a adequação, o órgão ou entidade contratante poderá realizar diligências para verificar a adequação do produto às exigências do ato convocatório, correndo as despesas por conta da licitante selecionada. O edital ainda deve prever que, caso não se confirme a adequação do produto, a proposta selecionada será desclassificada.

31.4 - Considerar também outras normas de sustentação ambiental que se adequem às atividades a serem desenvolvidas e que sejam regulamentadas naquilo que couber para bom desempenho dos serviços.

32.0 - CONDIÇÕES GERAIS

32.1- Estará a cargo da CONTRATADA obter, às próprias expensas, todas as licenças, certidões e autorizações que lhe serão exigidas para a sua atividade, devendo submeter-se a todas as leis, regulamentos ou determinações Federal, Estadual e Municipal, como também atendimento às condicionantes ambientais necessárias à obtenção das Licenças do Empreendimento, emitidas pelo órgão competente, relativas a execução das obras.

32.2 – Fica assegurado aos técnicos do DNOCS o direito de acompanhar, fiscalizar e participar, total ou parcialmente, diretamente ou através de terceiros, da execução dos serviços prestados pela contratada, com livre acesso ao local de trabalho para obtenção de quaisquer esclarecimentos julgados necessários à execução dos serviços.

32.3 - O DNOCS poderá revogar esta licitação quando nenhuma das ofertas satisfizer o objeto da mesma.

32.4 – Fica garantido ao DNOCS, desde que justificado, o direito de, a qualquer tempo, desistir da celebração do contrato, escolher a proposta que julgar mais conveniente, ou optar pela revogação da licitação, no todo ou anulá-la em parte.

32.5 – O contrato a ser assinado com a Licitante vencedora disciplinará os casos em que ocorrerá a sua rescisão, com a consequente perda da caução e, a juízo do DNOCS, o alijamento da Contratada para com ela transacionar, independente de ação ou interpelação judicial cabível.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL
DEPARTAMENTO NACIONAL DE OBRAS CONTRA AS SECAS
COORDENADORIA ESTADUAL DO DNOCS NA PARAÍBA
SERVIÇO TÉCNICO

32.6 - Conforme previsto no Art. 71 da lei 8.666/93, a Licitante será responsável por todos os ônus e obrigações concernentes à legislação tributária, trabalhista, securitária, previdenciária, e quaisquer encargos que incidam sobre os materiais e equipamentos, os quais, exclusivamente correrão por sua conta, inclusive o registro do serviço contratado junto ao CREA do Estado onde o serviço estará sendo executado. A publicação do extrato do contrato no Diário Oficial da União, no prazo de 20 (vinte) dias após a sua assinatura, será de responsabilidade do Contratante.

32.7 - Este Estudo Técnico Preliminar, projeto básico e seus anexos farão parte integrante do contrato a ser firmado com a Licitante vencedora, independente de transições. Na existência de divergências entre as diretrizes deste Estudo Técnico Preliminar e o Edital, prevalecem as deste Termo.

32.8 - Quaisquer dúvidas quanto aos procedimentos para execução de determinado serviço deverão ser esclarecidas junto DNOCS.

32.9 - A Licitante deve considerar nos preços unitários correspondentes propostos, todos os materiais e serviços necessários, bem como, leis sociais, transporte, alimentação, seguros, assistências técnicas, garantias, lucro, despesas indiretas, etc.

32.10 – Qualquer dúvida sobre as obras/serviços será dirimida pela FISCALIZAÇÃO, que se norteará pelos Termos de Referência, Especificações Técnicas e NBR em vigor.

32.11 – O DNOCS poderá ordenar à contratada a suspensão de qualquer trabalho que possa ser danificado ou prejudicado pelas condições temporárias ou de acordo com a sua conveniência. A CONTRATADA não terá o direito à reclamação judicial ou extrajudicial devido a este motivo.

32.12 - O serviço que venha a ser condenado pela Fiscalização deverá ser refeito pela Contratada, sem quaisquer ônus adicionais para a Contratante, conforme previsto no Art. 69 da Lei 8.666/93.

32.13 - Responsabiliza-se a Licitante vencedora por quaisquer ônus decorrentes de danos a que vier causar ao DNOCS e a terceiros, em decorrência da execução dos serviços objeto desta licitação, conforme previsto no Art. 70 da Lei 8.666/93.

32.14 - A Contratada obriga-se a reportar à Fiscalização imediatamente qualquer anormalidade, erro ou irregularidades que possam comprometer a execução dos serviços.

32.15 - A Contratada obriga-se a responder, por escrito, no prazo máximo de 48 horas, a quaisquer esclarecimentos de ordem técnica pertinentes aos serviços objeto do procedimento licitatório, que eventualmente venham a ser solicitados pela Fiscalização do Contrato.

32.16 - O DNOCS não fornecerá água, energia elétrica e telefone para realização das obras e serviços do objeto deste Estudo Técnico Preliminar. Tais insumos deverão fazer parte dos custos unitários apresentados pela Licitante.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL
DEPARTAMENTO NACIONAL DE OBRAS CONTRA AS SECAS
COORDENADORIA ESTADUAL DO DNOCS NA PARAÍBA
SERVIÇO TÉCNICO

32.17 - Estará a cargo da CONTRATADA obter, às próprias expensas, todas as licenças, certidões e autorizações que lhe serão exigidas para a sua atividade, devendo submeter-se a todas as leis, regulamentos ou determinações Federal, Estadual e Municipal, como também atendimento às condicionantes ambientais necessárias à obtenção das Licenças do Empreendimento, emitidas pelo órgão competente, relativas a execução das obras.

32.18 - A contratada se responsabilizará pela adoção das medidas necessárias à proteção ambiental e às precauções para evitar a ocorrência de danos ao meio ambiente e a terceiros, observando o disposto na legislação federal, estadual e municipal em vigor.

32.19 - A Contratada compromete-se em aceitar, nas mesmas condições iniciais do contrato, os acréscimos e supressões que se fizerem necessários, dentro do limite permitido em lei, conservando ou aumentando o percentual de desconto ofertado no período da Licitação, conforme previsto no Art. 65, §1º, da Lei 8.666/93 e Art. 14. do Decreto 7.983, de 08 de Abril de 2013.

32.20 - Será de responsabilidade exclusiva da Contratada os custos resultantes da eventual destruição ou danificação, por terceiros, dos serviços executados, até a aceitação definitiva destes pela comissão de recebimento da obra.

32.21 – Será de inteira responsabilidade da Contratada o pagamento, bem como as indenizações que possam vir a ser devidas a terceiros, decorrentes de serviços subcontratados pela Contratada.

32.22 - Detalhamento de todas as obras e serviços dos Lotes e seus itens:

SSAAA – LOTES 01 AO 03: PERFURACAO DE POCOS, INSTALACAO DE EQUIPAMENTOS DE BOMBEAMENTO, ADUCAO, RESERVACAO, TRATAMENTO, DISTRIBUIÇÃO COM LIGAÇÕES DOMICILIARES, DESSALINIZAÇÃO DE AGUA, DISTRIBUICAO, E GERACAO DE ENERGIA FOTOVOLTAICA.					
ITEM	DISCRIMINAÇÕES	UND	QTE	VALOR (R\$)	
				UNITÁRIO C/BDI	TOTAL
1	Perfuração de poços tubulares em áreas de rochas cristalinas.	Und	29	25.980,18	753.425,22
2	Perfuração de poços tubulares em áreas de rochas sedimentares.	Und	09	74.825,66	673.430,94



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL
DEPARTAMENTO NACIONAL DE OBRAS CONTRA AS SECAS
COORDENADORIA ESTADUAL DO DNOCS NA PARAÍBA
SERVIÇO TÉCNICO

3	Fornecimento, montagem e instalação de eletrobomba.	Und	43	22.637,66	973.419,38
4	Fornecimento, montagem e instalação de cata-vento.	Und	13	21.156,25	275.031,25
5	Fornecimento, montagem e instalação de Reservatório 5m3 com chafariz.	Und	18	3.665,43	65.977,74
6	Fornecimento, montagem e instalação de Adução simplificada.	Unid	18	2.595,80	46.724,40
7	Fornecimento, montagem e instalação de Rede Adutora, Reservação, Tratamento e Distribuição com Ligações Domiciliares.	Und	38	149.873,31	5.695.185,78
8	Fornecimento, montagem e instalação de Dessalinizadores de Água .	Und	11	111.638,45	1.228.022,95
9	Fornecimento, montagem e instalação de sistema de Geração de Energia com Placas Fotovoltaicas, para acionamento eletrobombas.	Und	38	19.493,71	740.760,98
10	Fornecimento, montagem e instalação de sistema de Geração de Energia com Placas Fotovoltaicas, para acionamento do Dessalinizador	Und	11	43.362,63	476.988,93
VALOR TOTAL DE TODOS OS SERVICOS					10.928.967,57

João Pessoa, PB, outubro de 2020.

Francisco Mariano da Silva
Engenheiro Civil – CEST/PB – TEC – DNOCS